JSL S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e relatório dos auditores independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas JSL S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da JSL S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da JSL S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JSL S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JSL S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da JSL S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos Informação suplementar - Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Barueri, 25 de fevereiro de 2014

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 "F"

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça Contador CRC 1SP196994/O-2

JSL S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			adora	Consolidado		
tivo	Notas	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
Circulante						
Caixas e equivalentes de caixa	5.1	196.141	97.107	345.980	322.503	
Títulos e valores mobiliários	5.2	249.125	20.532	399.326	74.295	
Instrumentos financeiros derivativos	4	26	-	26	-	
Contas a receber	6	488.989	432.598	665.873	571.544	
Estoques	7	12.428	12.964	276.491	172.968	
Impostos a recuperar	9	67.626	72.459	111.333	111.418	
Outros créditos	11	34.698	20.413	88.473	60.420	
Despesas antecipadas	-	7.761	6.851	15.755	9.411	
Bens disponibilizados para venda (renovação de frota)	8	105.422	43.491	137.013	48.893	
		1.162.216	706.415	2.040.270	1.371.452	
Não circulante						
Títulos e valores mobiliários	5.2	18.912	10.202	18.912	10.202	
Instrumentos financeiros derivativos	4	4.967	-	4.967	-	
Contas a receber	6	27.341	61.286	27.341	80.186	
Impostos a recuperar	9	44.562	36.955	45.213	36.968	
Depósitos judiciais	10	39.980	38.762	53.038	48.313	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.1	-	-	17.818	24.236	
Partes relacionadas	22.1	6.416	7.950	352	174	
Despesas antecipadas	-	9.800	7.400	9.800	7.400	
Outros créditos	11	7.058	5.545	82.624	68.984	
		159.036	168.100	260.065	276.463	
Investimentos	12	1.171.997	670.282	1.336	91	
Imobilizado	13	2.294.352	2.167.314	3.207.937	2.626.486	
Intangível	14	247.803	270.814	320.490	294.447	
		3.714.152	3.108.410	3.529.763	2.921.024	
		***************************************	***************************************		***************************************	
Total do ativo		5.035.404	3.982.925	5.830.098	4.568.939	

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Conso	lidado
Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	352.793	290.669	365.400	352.384
Debêntures	16	19.463	1.473	19.463	1.473
Arrendamento financeiro a pagar	17	58.647	131.578	146.375	184.280
Fornecedores	-	169.319	85.456	432.610	184.850
Veículos "Floor Plan"	18	-	-	92.261	78.678
Obrigações trabalhistas	19	93.328	86.890	146.849	134.619
Obrigações tributárias	20	28.810	34.427	39.166	48.604
Contas a pagar e adiantamentos	21	66.944	30.015	177.068	117.736
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	22.226	18.458	22.385	18.621
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	22.220	10.436	3.554	206
imposto de renda e contribuição social a pagar	-	811.530	678.966	1.445.131	1.121.451
N/~				1	
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	2.071.688	1.328.297	2.121.002	1.354.942
Debêntures	16	740.601	560.621	740.601	560.621
Arrendamento financeiro a pagar	17	40.299	108.047	93.629	176.866
Instrumentos financeiros derivativos	4	3.232	-	3.232	-
Veículos "Floor Plan"	18	-	-	1.115	1.115
Obrigações tributárias	20	40.176	43.666	40.615	45.722
Provisão para demandas judiciais e administrativas	23	49.705	48.109	57.752	52.463
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.1	178.699	166.293	219.800	199.929
Partes relacionadas	22.1	-	-	818	695
Contas a pagar e adiantamentos	21	84.837	99.073	91.744	105.214
		3.209.237	2.354.106	3.370.308	2.497.567
Patrimônio líquido					
Capital social	24.1	660.495	660.495	660.495	660.495
Reserva de capital	24.4	3.158	1.106	3.158	1.106
Ações em tesouraria	24.3	(27.913)	(22.086)	(27.913)	(22.086)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	33.342	46.773	33.342	46.773
Reservas de lucros	-	345.555	263.565	345.555	263.565
		1.014.637	949.853	1.014.637	949.853
Participação de não controladores	-	-	-	22	68
Total do patrimônio líquido		1.014.637	949.853	1.014.659	949.921
Total do passivo e patrimônio líquido		5.035.404	3.982.925	5.830.098	4.568.939
-					

JSL S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Control	adora	Consol	idado
	Notas	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita líquida de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	29	2.924.522	2.384.223	4.746.520	4.021.596
(-) Custo das prestações de serviços	30	(2.154.890)	(1.682.975)	(3.570.345)	(3.037.214)
(-) Custo de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	-	(353.350)	(252.798)	(415.438)	(278.799)
		(2.508.240)	(1.935.773)	(3.985.783)	(3.316.013)
(=) Lucro bruto		416.282	448.450	760.737	705.583
Despesas administrativas e comerciais	31	(159.308)	(160.724)	(390.012)	(359.052)
Despesas tributárias	-	(3.121)	(1.862)	(7.527)	(5.644)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	9.294	(24.272)	(8.379)	(37.238)
Resultado de equivalência patrimonial	12	54.265	36.011	38	-
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		317.412	297.603	354.857	303.649
Receitas financeiras	33	71.289	47.903	96.024	83.840
Despesas financeiras	33	(274.082)	(233.635)	(314.053)	(270.528)
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		114.619	111.871	136.828	116.961
Impostos e contribuições sobre o lucro	25.2	(21.034)	(34.158)	(43.258)	(39.226)
(=) Lucro líquido antes da participação de não controladores		93.585	77.713	93.570	77.735
Participação de não controladores		-	-	15	(22)
Lucro líquido do exercício		93.585	77.713	93.585	77.713
(=) Lucro líquido por ação básico e diluído no final do exercício (em Reais)	36	0,44	0,36		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Não houve resultados abrangentes nos exercícios divulgados, além do lucro líqu ido do exercício.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	_			,	Atribuível aos Acio	nistas Controladore	es				
	Notas _	Capital social	Reserva de Capital	Ações em tesouraria	Reservalegal	deservas de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio Iíquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2011		609.633	60	(21.580)	13.533	179.190	-	60.635	841.471	95	841.566
Aumento de capital	24.2	50.862	-	-	-	-	-	-	50.862	-	50.862
Remuneração com base em ações	24.4	-	1.046	-	-	-	-	-	1.046	-	1.046
Realização do custo presumido ("deemed cost")	-	-	-	-	-	-	13.862	(13.862)	-	-	-
Recompra de ações	-	-	-	(506)	-	-	-	-	(506)	-	(506)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	77.713	-	77.713	22	77.735
Remuneração do capital próprio	24.5	-	-	-	-	-	(17.044)	-	(17.044)	-	(17.044)
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatório	24.5	-	-	-	-	-	(3.689)	-	(3.689)	(49)	(3.738)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	3.886	-	(3.886)	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	66.956	(66.956)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	660.495	1.106	(22.086)	17.419	246.146	-	46.773	949.853	68	949.921
Remuneração com base em ações	24.4	-	2.052	-	-	-	-	-	2.052	-	2.052
Realização do custo presumido ("deemed cost")	-	-	-	-	-	-	13.431	(13.431)	-	-	-
Recompra de ações	-	-	-	(5.827)	-	-	-	-	(5.827)	-	(5.827)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	93.585	-	93.585	(46)	93.539
Remuneração do capital próprio	24.5	-	-	-	-	-	(21.883)	-	(21.883)	-	(21.883)
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatório	24.5	-	-	-	-	-	(3.143)	-	(3.143)	-	(3.143)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	4.679	-	(4.679)	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	77.311	(77.311)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	660.495	3.158	(27.913)	22.098	323.457		33.342	1.014.637	22	1.014.659

JSL S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucros antes do imposto de renda	114.619	111.871	136.828	116.961	
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas	809.907	682.674	1.029.314	810.267	
pelas atividades operacionais	***************************************			***************************************	
Depreciações / Amortizações (Nota 13 e 14)	263.500	244.602	350.174	290.46	
Custo de venda de ativos utilizados na prestação de serviços - imobilizado	357.523	245.817	419.626	271.818	
Resultado de controladas reconheido por equivalência patrimonial	(54.265)	(36.011)	38	-	
Ganhos com valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	(1.761)	-	(1.761)	-	
Provisão/reversão para demandas judiciais e administrativas	3.194	5.520	10.258	4.81	
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	2.915	5.548	(4.519)	1.62	
Provisão para perdas em estoques (Nota 7)	1.615	963	(3.044)	1.05	
Remuneração com base em ações	2.052	1.046	2.052	1.04	
Juros e variações monetárias s/empréstimos e financiamentos	235.134	215.189	256.490	239.44	
√ariações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes	(400.603)	(289.655)	(480.160)	(228.94	
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Títulos e valores mobiliários	(237.303)	(6.638)	(333.741)	(40.27	
Contas a receber	(25.362)	(73.544)	(31.509)	27.27	
Estoques	(1.079)	4.417	(100.478)	(15.61	
Impostos a recuperar	(2.774)	(25.423)	(8.161)	(27.63	
Partes relacionadas	1.533	(6.296)	(179)	17	
Depósitos judiciais	(1.218)	499	(4.725)	(2.61	
Outros créditos	(15.798)	(31.081)	(35.329)	(21.90	
Despesas antecipadas	(3.311)	(11.785)	(8.744)	(13.14	
Decréscimo) acréscimo em passivos					
Fornecedores	83.867	37.368	245.987	95.41	
Fornecedores (Floor Plan)	-	-	13.583	(6.91	
Obrigações trabalhistas e tributárias	(2.670)	15.063	(16.095)	22.52	
Contas a pagar e adiantamentos	16.943	22.730	40.916	3.70	
Partes relacionadas	-	(4.897)	123	(13.62	
Demandas judiciais e administrativas pagas (Nota 32)	(1.597)	4.955	(4.968)	5.01	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.630)	-	(13.480)	-	
Juros pagos s/empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos	(203.204)	(215.023)	(223.360)	(241.33	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	523.923	504.890	685.982	698.28	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido (Nota 3)	-	-	6.680	6.96	
Aquisição de controlada	(15.087)	-	(15.087)	-	
Dividendos recebidos (Nota 12.1)	53.652	45.095	-	-	
Investimentos de operações (AFAC) (Nota 12.1)	(456.427)	(176.372)	-	1.62	
Ativo imobilizado	(165.199)	(145.698)	(410.712)	(216.63	
Intangível	(4.660)	(3.699)	(5.641)	(4.26	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(587.721)	(280.674)	(424.760)	(212.30	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Ações em tesouraria	(5.827)	(506)	(5.827)	(50	
Dividendos pagos	(3.689)	(2.281)	(3.689)	(2.28	
Juros sobre o capital próprio pagos	(17.044)	(11.222)	(17.044)	(11.22	
Aumento (Redução) em empréstimos e financiamentos, líquidos	189.392	(333.163)	(211.185)	(548.55	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	162.832	(347.172)	(237.745)	(562.56	
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa, liquídos	99.034	(122.956)	23.477	(76.58	
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	97.107	220.063	322.503	399.08	
No final do exercício	196.141	97.107	345.980	322.50	
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	99.034	(122.956)	23.477	(76.58	

JSL S.A.

Demonstrações do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Control	adora	Consol	idado
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Vendas e prestação de serviços	3.258.240	2.688.890	5.242.808	4.478.503
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(6.446)	(5.548)	(7.003)	(1.627)
Outras receitas operacionais	84.965	28.337	87.422	26.201
	3.336.759	2.711.679	5.323.227	4.503.077
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das vendas e prestação de serviços	1.320.724	982.738	2.512.186	2.169.076
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	322.079	261.855	464.955	364.008
	1.642.803	1.244.593	2.977.141	2.533.084
Valor adicionado bruto	1.693.956	1.467.086	2.346.086	1.969.993
Retenções				
Depreciação e amortização	263.500	244.602	350.174	290.461
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.430.456	1.222.484	1.995.912	1.679.532
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	54.265	36.011	38	-
Receitas financeiras	71.289	47.903	96.024	83.840
	125.554	83.914	96.062	83.840
Valor adicionado total a distribuir	1.556.010	1.306.398	2.091.974	1.763.372
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	634.283	512.409	937.074	775.451
Federais	293.692	255.934	434.216	372.500
Estaduais	152.356	140.397	197.499	180.338
Municipais	34.424	25.640	63.952	53.616
Juros e aluguéis	347.670	294.305	365.648	303.754
Juros sobre o capital próprio	21.883	17.044	21.883	17.044
Dividendos	3.143	3.689	3.143	3.689
Participação de não controladores	-	-	(15)	22
Lucros retidos do período	68.559	56.980	68.574	56.958
Valor adicionado total distribuído	1.556.010	1.306.398	2.091.974	1.763.372

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações sobre a Companhia

A JSL S.A., (doravante denominada como "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social em São Paulo, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação JSLG3 para as ações ordinárias. Em 3 de abril de 2013 a Companhia iniciou a negociação de certificado de depósito de ações negociável no mercado de valores mobiliários dos Estados Unidos da América (EUA) sob o código JSLGY, ou seja, ADRs (*American Depositary Receipt*) nível 1, visando facilitar a compra, manutenção e venda de ações por investidores norteamericanos.

A Companhia participa através de suas controladas em quatro operações, sendo logística, concessionárias, locadora e financeiro (*leasing*) que está em processo de aprovação do Banco Central do Brasil ("BACEN"). As controladas que prestam serviços de operações logísticas tem como atividades preponderantes, transporte rodoviário de cargas, transporte coletivo de passageiros, coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial, locação de máquinas, equipamentos e veículos, novos e usados e a exploração de transporte fluvial de cargas. O segmento de concessionárias, através de sua controlada JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A. ("JSL Concessionárias"), atua no ramo de comercialização de veículos leves e pesados, revenda de veículos, peças, máquinas, acessórios e a prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura, bem como a corretagem de seguros. No segmento de locadora ("*Rent a Car*") por meio de suas controladas Movida Locação de Veículos Ltda. e da Apta Veículos e Representações Ltda. atuam na locação diária, mensal e anual de veículos leves.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2014 e apreciadas pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2014, com parecer favorável do Conselho Fiscal.

Em 5 de setembro de 2013, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral a celebração de contratos de compra e venda para aquisição de quotas representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Movida Locação de Veículos Ltda. ("Movida") e da Apta Veículos e Representações Ltda. ("Apta"), o maior dos três franqueados da Movida. A conclusão dessas aquisições esteve condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, inerentes a esse tipo de transação, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), no qual foi concluído de forma satisfatória no dia 26 de novembro de 2013. Os principais objetivos da aquisição, foi o de iniciar a modalidade de locação diária, mensal e anual de veículos leves para pessoas físicas e jurídicas ("Rent a Car"), por meio de uma empresa posicionada de forma estratégica e diferenciada, com base operacional, sistemas e pessoal capacitado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Baseado no mencionado anteriormente, a comparação das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 da Companhia com o exercício anterior, deve levar em consideração que não estão consolidados os saldos da Movida e da Apta em 31 de dezembro 2012. Apresentamos, a seguir, na forma sumarizada, os principais grupos de contas do balanço patrimonial e demonstração do resultado da Movida e Apta, sendo o balanço patrimonial com os saldos de 31 de dezembro de 2013 e a demonstração do resultado com o período de um mês relativo ao mês de dezembro 2013, de forma a permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras deste exercício.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013

Ativo	Apta	Movida	Passivo e patrimônio líquido	Apta	Movida
Circulante			Circulante		
Caixa e equival. de caixa	6.354	1.736	Financiamentos	-	728
Contas a receber	789	5.142	Fornecedores	186	8.216
Impostos a recuperar	323	12	Obrigações trabalhistas	501	2.126
Outros ativos	482	559	Outros passivos	787	5.118
-	7.948	7.449		1.474	16.188
Não Circulante					
Impostos a recuperar	643	-	Não Circulante		
Outros ativos	30	-	Financiamentos	-	1.309
-	673	-	Provisões	-	346
Permanente				-	1.655
Imobilizado	16.976	56.944			
Intangível	-	4.030			
<u>-</u>	16.976	60.974	Patrimônio líquido	24.123	50.580
Total do ativo	25.597	68.423	Total do passivo e patrimônio líq.	25.597	68.423

• Demonstração do resultado do período de um mês findo em 31 de dezembro de 2013:

<u>-</u>	Apta	Movida
Receita líquida	2.168	5.133
Custo dos produtos vendidos e serviços e ativos vendidos	(2.030)	(3.725)
Lucro bruto	138	1.408
Despesas administrativas e comerciais / Tributárias	(308)	(1.290)
Resultado financeiro	(31)	(215)
Outras despesas operacionais	207	74
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	6	(23)
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	-	-
Lucro / (Prejuízo) do período	6	(23)

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa 2.28.

i) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e são apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS*)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB*).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas.

As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

ii) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

iii) Formato da apresentação das demonstrações financeiras

Com intuito de facilitar a leitura das notas explicativas a Administração da Companhia, julgou relevante apresentar como informação suplementar a abertura dos saldos contábeis entre as operações de logística, concessionárias e locadora, para que os seus acionistas e investidores possam visualizar com clareza os

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

efeitos da consolidação das operações de concessionárias e locadora nas suas demonstrações financeiras, sendo que as diferenças em relação aos saldos consolidados correspondem às eliminações entre as operações.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas:

		% Parti	cipação
Razão Social	País sede	31/12/2013	31/12/2012
JP Tecnolimp S/A	Brasil	99,00	99,00
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Riograndense Navegação Ltda. (i)	Brasil	99,99	99,99
TKJS Serviços de Logística do Brasil Ltda. (i)	Brasil	50,00	-
JSL Holding Financeira Ltda. (i)	Brasil	99,90	_
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)	Brasil	99,99	-
JSL Locações Ltda. (ii)	Brasil	99,99	99,99
JSL Invest.Concessionárias e Lojas de Veíc., Máqs. e Equiptos. S.A. (iii)	Brasil	100,00	100,00
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (iv)	Brasil	99,99	99,99
São José Passes Comércio de Passes e Bilhetes Eletrônicos Ltda.(v)	Brasil	50,00	50,00
Movida Locação de Veículos Ltda. (vi)	Brasil	99,99	-
APTA Veículos e Representações Ltda. (vi)	Brasil	99,99	_

- i) Empresa em fase pré-operacional;
- ii) Empresa constituída em 18 de julho de 2011 com capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, no montante de R\$ 200 divididos em 200.000 quotas, no valor de R\$ 1,00 (um Real) pelas empresas JSL S.A. e Yolanda Logística, Armazém, Transportes e Serviços Gerais Ltda. tendo como objeto social o seguinte:
 - Locação de veículos, caminhões, máquinas e equipamentos com ou sem condutor;
 - Prestação dos serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva); e
 - Participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.
- iii) Empresa adquirida em 6 de fevereiro de 2012, sendo esta controladora das concessionárias Original Veículos Ltda. (99,99%), Ponto Veículos Ltda. (99,99%), Avante Veículos Ltda. (99,99%), Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.(99,99%) e Corretora e Administradora de Seguros Vintage Ltda. (99,99%);

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- iv) A controlada CS Brasil consolida proporcionalmente em seu balanço o percentual de sua participação nas seguintes entidades: Consórcio Unileste (54,08%), Consórcio 123 (33,33%), Consórcio Sorocaba (50%) e Consórcio Metropolitano de Transportes (4,36%);
- v) Empresa em fase de encerramento;
- vi) Empresas adquiridas em 30 de novembro de 2013, tendo como principais objetos sociais os seguintes:
 - a locação de veículos automotores, com e sem motoristas;
 - a administração e licenciamento de marcas comerciais no ramo da locação de veículos, sob o regime de franquia empresarial;
 - a assessoria de fornecimento aos franqueados de tecnologia, sistemas, treinamento, produto e materiais promocionais; e
 - a intermediação da locação de veículos no Brasil e no exterior.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

i) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demais empresas consolidadas.

ii) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas das avaliações, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

saldos de caixa, depósitos bancários e os investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos

originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de seu valor no momento do resgate.

2.5 Títulos e valores mobiliários

Representam aplicações financeiras vinculadas à linhas de financiamentos e aplicações financeiras em

modalidade de títulos públicos, sem liquidez imediata.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias, ou

prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de

recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente,

mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para

créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou impairment).

A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico

de inadimplência e análise individual dos clientes, especialmente aqueles com títulos vencidos há mais de

90 dias. A Administração considera suficiente o montante provisionado para a cobertura de perdas na

realização das contas a receber.

2.7 Estoques

Os itens de almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável,

provisão para perdas em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais

perdas.

Os veículos adquiridos de montadoras para revenda a terceiros são avaliados pelo custo de aquisição, o

qual é inferior ao valor de realização.

2.8 Investimentos

i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma

entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a

12/105

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (goodwill). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não-controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminadas. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

iii) Empreendimentos controlados em conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua *joint venture* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e sua *joint venture* são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da *joint venture* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Instrumentos financeiros

a. Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, créditos com partes relacionadas e outros créditos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

i. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia designou os títulos e valores mobiliários à categoria de valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

ii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira na demonstração de resultado. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

A Companhia designou nessa categoria as contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas e outros créditos.

iii. Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos, determináveis e vencimentos fixos, são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluso na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira, na demonstração de resultado.

A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

iv. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando-se o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

A Companhia não registrou ativos financeiros disponíveis para venda durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

v. Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

vi. Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuros esperadas e ainda não ocorridas).

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

b. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

c. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro a pagar, fornecedores, contas a pagar e débitos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

i. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado (opção de valor justo no reconhecimento inicial). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS39 / CPC39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os passivos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses passivos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados. (Vide Nota Explicativa 15)

ii. Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

iii. Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia estão contabilizadas a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias, conforme índices e cotações de fechamento de cada período.

iv. Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado. Todos os derivativos são contabilizados líquidos como ativos quando valor justo líquido é positivo, e como passivos quando é negativo. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, não foi aplicada a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) para os exercícios apresentados. O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota Explicativa 4.

e. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10 Bens disponibilizados para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, a Companhia renova constantemente sua frota, após um determinado período de uso. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para venda são reclassificados da rubrica imobilizado para "bens disponibilizados para venda".

Uma vez classificados como bens disponibilizados para venda, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado.

2.11 Imobilizado

Registrados pelo custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos incorridos durante a construção. As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota Explicativa 13, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação.

Os veículos são depreciados linearmente de acordo com um método econômico que considera o valor estimado de realização desses ativos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o veículo foi comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia pratica valores de venda diferenciados para os veículos e, portanto, estima as respectivas taxas de depreciação e as aplica linearmente sobre a frota de veículos e máquinas para compensar ganhos e perdas entre o valor estimado de venda e o custo do veículo no momento da venda desse ativo.

A depreciação de veículos e máquinas compõem o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados pela Administração anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que sua expectativa de benefício econômico futuro.

O ágio decorrente de mais valia de ativo imobilizado é amortizado, levando em consideração a estimativa de vida útil dos ativos a que deram origem e respectivas baixas do período.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de resultado do exercício em que o ativo for baixado.

2.12 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros, que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento financeiro, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da vida útil estimada pela Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os pagamentos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do

resultado, de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

Companhia como arrendador

Arrendamentos para os quais a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da

propriedade do ativo são considerados uma venda, com a baixa do item relacionado e reconhecimento da

receita financeira pelo prazo do contrato.

Arrendamentos para os quais a Companhia não transfere substancialmente os riscos e benefícios da posse

do ativo são considerados arrendamentos operacionais, sendo as receitas registradas de forma semelhante

a uma receita de aluguel, de forma linear, segundo o prazo contratual.

2.13 Intangível

i. Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de

um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida,

fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios da

Companhia, os quais foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, sendo que, a partir de 01 de janeiro

de 2009, são submetidos anualmente à avaliação do valor recuperável conforme Nota Explicativa 14.

O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras

consolidadas.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo

menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são

revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio

relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment, conforme Nota

Explicativa 14. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades

Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são

identificadas de acordo com o segmento operacional.

22/105

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii. Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

iii. Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e custos para sua operacionalização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto, aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software para usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

2.14 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não foram identificados indicadores de *impairment* para os exercícios

findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

2.15 Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. A Companhia avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

que esta atualita demo principar em teudo de como demiratos de recentar

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

i. Receita de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas

na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de locação de carros

A receita de locação de carros é reconhecida em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com clientes. As receitas de administração de sinistros dos carros alugados, reconhecidas quando da prestação do serviço, assim como as receitas de intermediação da contratação de seguros junto à seguradora, por

conta e opção dos clientes quando do aluguel dos carros, reconhecidas em bases mensais.

iii. Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços

A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do

ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

24/105

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iv. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

v. Receita de aluquel

A receita de aluguel é reconhecida como arrendamento operacional, de forma linear, pelo prazo do contrato.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias

possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos

investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja

controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um

futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o

direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado

com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos

em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.17 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no

curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no

período de até um ano . Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo

amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.18 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em

consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a

obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por

exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas

apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer

reembolso.

26/105

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisões para demandas judiciais e administrativas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior de:

- o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões (CPC 25); ou
- o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita (CPC 30).

2.19 Operações em conjunto (Consórcios)

A Companhia mantém operações em consórcios (1 2 3, Unileste, Sorocaba e Metropolitano de Transportes), na qual os empreendedores mantém acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações.

As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de ativos e outros recursos da Companhia, assim como dos outros participantes do Consórcio em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica. A Companhia registra os ativos por ela controlados, os passivos e as despesas por ela incorridos, bem como a sua parcela relacionada à receita de prestação de serviços.

2.20 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.21 Pagamentos baseado em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus colaboradores com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende de termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo baseados em ações são divulgados na Nota Explicativa 27. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados, em contrapartida da reserva de capital, no Patrimônio Líquido.

2.22 Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contructive obligation*).

2.23 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma de suas controladas compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.24 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios, que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.25 Lucro por ação

i. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota Explicativa 2.24).

ii. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

2.26 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia do Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.27 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.28 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.29 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, a qual é responsável pela alocação de recursos, a tomada de decisões estratégicas e a avaliação dos resultados.

A Companhia está organizada em três segmentos operacionais, sendo eles: operações de logística, concessionárias e locadora. A administração da Companhia revisa regularmente os resultados desses segmentos e de forma consolidada.

2.30 Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Um número de novas normas e alterações de normas e interpretações com validade para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013 foram emitidos em 2013 mas não foram aplicados na preparação dessa demonstração financeira anual. A Administração da Companhia não espera que essas novas normas e alterações de normas e interpretações produzam efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras consolidadas, exceto pelos seguintes assuntos:

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010. O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A determinação deve ser feita no momento inicial da contratação do instrumento financeiro. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período. A orientação incluída no IAS 39 sobre impairment dos ativos financeiros e contabilização de hedge

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

continua a ser aplicada. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando todos os impactos da norma e não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

 IFRIC 21 - "Taxas do Governo", trata da contabilização de taxas impostas pelo Governo, consistindo numa interpretação a IAS 37 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. A Interpretação tipifica as taxas do Governo, e os eventos que dão origem à sua responsabilidade de pagamento, esclarecendo o momento em que estas devem ser reconhecidas. A Companhia não está atualmente sujeita a taxas significativas e, por esse motivo, o impacto não é material.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.31 Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa, quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela Companhia é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subseqüentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas de acordo com o CPC 38 (IAS 39) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade é alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.32 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

b. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

i. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

ii. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

iii. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Para as operações de *swap*, as posições ativas e passivas são calculadas pela Companhia de forma independente, utilizando a metodologia de marcação a mercado de acordo com as taxas praticadas e verificadas em divulgações do site da BM&F, Broadcast e Bloomberg. No caso de não existir negociação para o prazo do portfólio da Companhia, é utilizada a metodologia de interpolação para encontrar as taxas referentes aos prazos específicos (Nível 1). Em ambos os casos, é calculado o valor presente dos fluxos. A diferença entre os valores a pagar e a receber e o valor justo das operações na data de apresentação do relatório é registrado na rubrica de Instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iv. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

v. Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações baseadas em ações com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações estão divulgados na Nota Explicativa 27.

3 Combinação de negócios

Em 26 de novembro de 2013, conforme descrito na Nota Explicativa 1, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da Movida e da Apta.

A tabela a seguir resume os valores dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos reconhecidos na data de 30 de novembro de 2013, bem como o valor justo na data de aquisição:

JSL S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor justo reconhecido na aquisição				
	Movida	Apta			
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1.457	5.223			
Intangível - Marcas	1.118	-			
Imobilizado	26.286	17.915			
Outros ativos	9.328	2.491			
	38.189	25.629			
Passivos					
Fornecedores	1.563	210			
Obrigações trabalhistas e tributárias	3.443	782			
Empréstimos e financiamentos	19.143	17.500			
Outros passivos	6.949	520			
	31.098	19.012			
Total de ativos e passivos identificáveis					
adquiridos e passivos assumidos a valor justo	7.091	6.617			
Ágio (Nota explicativa 14)	595	2.777			
Valor total da compra	7.686	9.394			

A Companhia concluiu em 30 de novembro de 2013 o processo de validação dos ativos identificáveis líquidos, sem alterações ou ajustes a serem considerados nas demonstrações financeiras.

Conforme laudo de Alocação de Preço de Compra emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, R\$ 1.118 foram alocados na rubrica "Ativo Intangível" na aquisição da Movida.

4 Instrumentos financeiros derivativos

Em 11 de junho de 2013, a Companhia contratou o *Swap* Cambial para Real com o Banco de Tokio Mitsubishi UFJ Brasil S.A. no valor e prazo equivalentes ao contrato de empréstimo.

Em 15 de julho de 2013, a Companhia contratou o *Swap* IPCA para CDI com o Banco Itaú BBA no prazo equivalente e parte do valor da 3ª séria referente a 6ª emissão de debêntures da Companhia.

Na tabela a seguir são apresentados os derivativos contratados pela Companhia aberto por posição ativa e passiva, que tem como objetivo proteger o balanço patrimonial da Companhia das variações do dólar e do IPCA. A totalidade das operações foi contratada pela controladora e, portanto, essas informações contábeis são as mesmas para as informações contábeis consolidadas.

JSL S.A. Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Valor de Mercado
Operação	Contraparte	Valor de principal	Detalhe da Operação	31/12/2013
Proteção de balanço				
SWAP USD X CDI + 1%	Banco de Tokio	USD 30.000	Posição Ativa	69.371
			Posição Passiva	(64.378)
			Valor a receber	4.993
SWAP IPCA + 7,5% X CDI + 2,8%	Itaú BBA	R\$ 100.000	Posição Ativa	102.060
, , ,			Posição Passiva	(105.292)
			Valor a pagar	(3.232)

5 Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

					Informações suplement				lementares
	Co	ntroladora	Co	onsolidado		Logística	Cond	essionárias	Locadora
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Fundo Exclusivo Bradesco									
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	37.622	27.103	45.838	69.590	45.838	69.590	-	-	-
Rubi Fic Fi	86.440	12.360	105.318	31.736	105.318	31.736	-	-	-
Debêntures	-	5.939	-	15.249	-	15.249	-	-	-
Letras financeiras	-	2.783		7.145		7.145			
	124.062	48.185	151.156	123.720	151.156	123.720			
Fundo Exclusivo CEF									
Debêntures	-	2.052	-	81.174	-	81.174	-	-	-
Operações compromissada	32.855	-	75.365	-	75.365	-	-	-	-
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	29.657	2.877	68.030	57.893	68.030	57.893			
	62.512	4.929	143.395	139.067	143.395	139.067			-
Outras Aplicações									
CDB - Certificado de depósitos bancários / CDI -									
Certificado de depósitos interbancários	6.319	28.844	32.326	37.581	18.558	31.668	13.768	5.913	-
Disponibilidades									
Caixa	735	675	3.651	2.352	1.786	2.201	262	151	1.604
Bancos	2.513	14.474	15.452	19.783	5.631	18.368	3.335	1.415	6.485
	3.248	15.149	19.103	22.135	7.417	20.569	3.597	1.566	8.089
	196.141	97.107	345.980	322.503	320.526	315.024	17.365	7.479	8.089

O rendimento médio das aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de 0,78% a.m. (0,69% a.m. no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2. Títulos e valores mobiliários

	_				Informações s	uplementares
	Controladora		C	onsolidado		Logística
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fundo Exclusivo Bradesco						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	46.800	7.460	57.021	19.153	57.021	19.153
LTN - Letras do Tesouro Nacional	113.292	12.231	138.035	31.405	138.035	31.405
	160.092	19.691	195.056	50.558	195.056	50.558
Fundo Exclusivo CEF						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	15.367	824	35.291	23.249	35.291	23.249
LTN - Letras do Tesouro Nacional	73.666	17	168.979	488	168.979	488
	89.033	841	204.270	23.737	204.270	23.737
Outras Aplicações						
CDB - Certificado de depósitos bancários / CDI - Certificado de depósitos						
interbancários	18.912	10.202	18.912	10.202	18.912	10.202
	268.037	30.734	418.238	84.497	418.238	84.497
Ativo circulante	249.125	20.532	399.326	74.295	399.326	74.295
Ativo não circulante	18.912	10.202	18.912	10.202	18.912	10.202
Total	268.037	30.734	418.238	84.497	418.238	84.497

6 Contas a receber

				Informações supiementa				iementares
Co	Controladora Consolidado			Logística Concessionárias			Locadora	
31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
334.805	319.506	478.795	462.542	423.674	442.101	58.173	29.343	6.233
170.079	128.069	212.322	150.624	210.522	150.537	1.431	87	369
45.504	77.452	45.504	77.452	45.504	77.452	-	-	-
(34.058)	(31.143)	(43.407)	(38.888)	(38.931)	(35.210)	(3.602)	(3.678)	(874)
516.330	493.884	693.214	651.730	640.769	634.880	56.002	25.752	5.728
488.989	432.598	665.873	571.544	613.428	554.694	56.002	25.752	5.728
27.341	61.286	27.341	80.186	27.341	80.186			<u> </u>
516.330	493.884	693.214	651.730	640.769	634.880	56.002	25.752	5.728
	31/12/2013 334.805 170.079 45.504 (34.058) 516.330 488.989 27.341	31/12/2013 31/12/2012 334.805 319.506 170.079 128.069 45.504 77.452 (34.058) (31.143) 516.330 493.884 488.989 432.598 27.341 61.286	31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 334.805 319.506 478.795 170.079 128.069 212.322 45.504 77.452 45.504 (34.058) (31.143) (43.407) 516.330 493.884 693.214 488.989 432.598 665.873 27.341 61.286 27.341	31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2012 334.805 319.506 478.795 462.542 170.079 128.069 212.322 150.624 45.504 77.452 45.504 77.452 (34.058) (31.143) (43.407) (38.888) 516.330 493.884 693.214 651.730 488.989 432.598 665.873 571.544 27.341 61.286 27.341 80.186	31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 334.805 319.506 478.795 462.542 423.674 170.079 128.069 212.322 150.624 210.522 45.504 77.452 45.504 77.452 45.504 (34.058) (31.143) (43.407) (38.888) (38.931) 516.330 493.884 693.214 651.730 640.769 488.989 432.598 665.873 571.544 613.428 27.341 61.286 27.341 80.186 27.341	31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2012 334.805 319.506 478.795 462.542 423.674 442.101 170.079 128.069 212.322 150.624 210.522 150.537 45.504 77.452 45.504 77.452 45.504 77.452 (34.058) (31.143) (43.407) (38.888) (38.931) (35.210) 516.330 493.884 693.214 651.730 640.769 634.880 488.989 432.598 665.873 571.544 613.428 554.694 27.341 61.286 27.341 80.186 27.341 80.186	Colspan="2">Colspan="2">Logística Conc 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 <td>Correspondence Correspondence Logística Correspondence 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/1</td>	Correspondence Correspondence Logística Correspondence 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/1

- i) As contas a receber com prazo médio de vencimento maior que 90 dias são registradas ao seu valor presente na contabilização inicial da transação, de acordo com a taxa média utilizada pela Companhia na formação dos preços dos respectivos contratos. Os encargos financeiros são reconhecidos como receita financeira quando incorridos;
- ii) Receita a faturar refere-se aos conhecimentos de transportes emitidos e reconhecidos como receita do período de acordo com a competência e efetiva prestação de serviços. Com base nas medições de serviços prestados que são efetuadas de um período a outro, também reconhecemos nesta rubrica o período de direito no mês:
- iii) A Companhia registrou no ativo circulante e não circulante as contas a receber de contratos de locação de equipamentos enquadrados como venda, em conformidade com o CPC06. As receitas financeiras futuras a

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

serem reconhecidas durante o prazo de realização do contrato totalizam R\$ 2.095 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 6.131 em 31 de dezembro de 2012); e

iv) A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(31.143)	(38.888)
(-) Adições por combinação de negócios	-	(873)
(-) Adições	(22.035)	(25.815)
(+) Baixas	19.120	22.169
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(34.058)	(43.407)

Classificação por vencimentos (aging list)

	Contas a receber líquido							
	C	ontroladora	Consolidado					
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012				
Vencidos há mais de 365 dias	14.974	14.375	18.951	16.213				
Vencidos de 181 a 365 dias	11.352	15.100	14.453	15.135				
Vencidos de 91 a 180 dias	10.353	14.039	7.550	13.370				
Vencidos de 31 a 90 dias	17.937	20.438	25.500	30.334				
Vencidos em até 30 dias	28.355	30.692	39.305	38.154				
Total vencidos	82.971	94.644	105.759	113.206				
A vencer em até 30 dias	316.098	259.543	451.778	327.946				
A vencer de 31 a 90 dias	50.771	50.340	58.446	59.876				
A vencer de 91 a 180 dias	22.366	10.676	33.107	30.815				
A vencer de 181 a 365 dias	16.783	17.395	16.783	39.701				
A vencer após 365 dias	27.341	61.286	27.341	80.186				
Total a vencer	433.359	399.240	587.455	538.524				
Total	516.330	493.884	693.214	651.730				

7 Estoques

					Informações suplementares				
	Co	ontroladora	С	onsolidado		Logística	Concessionárias		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
Material uso e consumo	14.941	13.527	34.738	31.667	34.738	31.667	-	-	
Almoxarifado	896	617	1.277	908	1.277	908	-	-	
Veículos novos	-	-	186.153	101.478	54.597	-	131.556	101.478	
Veículos usados (i)	96	748	23.559	18.156	126	748	23.433	17.408	
Peças para revenda	-	-	25.825	20.018	-	-	25.825	20.018	
Outros	94	56	11.475	4.233	93	56	11.382	4.177	
(-) Provisão para perdas	(3.599)	(1.984)	(6.536)	(3.492)	(3.742)	(2.008)	(2.794)	(1.484)	
Total	12.428	12.964	276.491	172.968	87.089	31.371	189.402	141.597	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i) Veículos usados na controladora refere-se a veículos adquiridos de clientes conforme contratos de prestação de serviços, destinados à revenda.

Movimentação da provisão para perdas

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.984)	(3.492)
(-) Adições	(2.751)	(4.231)
(+) Baixas	1.136	1.187
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(3.599)	(6.536)

8 Bens disponibilizados para venda (renovação de frota)

Como resultado do processo de renovação de frota, a Companhia disponibiliza bens (veículos e máquinas e equipamentos) para venda, sendo na controladora o montante de R\$ 105.422 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 43.491 em 31 de dezembro de 2012) e no consolidado o montante de R\$ 137.013 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 48.893 em 31 de dezembro de 2012). Nessa rubrica, conforme preceitua o CPC 31 (IFRS 5), estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da operação, estão disponíveis para venda imediata.

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o custo residual, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los.

Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, considerando tal circunstância, a sua venda, em prazo inferior a um ano, é altamente provável.

9 Impostos a recuperar

					Informações suplementares				
	Co	Controladora		nsolidado		Logística Conc		essionárias	Locadora
Descrição	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (i)	63.458	68.581	84.212	87.944	79.855	83.782	4.357	4.162	_
Imposto de Renda e Contribuição Social antecipado	-	-	1.559	1.404	710	-	638	1.404	211
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	4.442	13.251	9.826	16.648	5.076	14.104	4.703	2.544	47
IR / CS a compensar	30.030	12.203	40.754	18.609	37.688	16.015	2.594	2.594	472
Contribuição Social Retida na Fonte (CSRF)	3.289	5.448	3.650	5.448	3.409	5.448	-	-	241
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)	3.825	4.358	5.972	8.741	5.966	8.741	-	-	6
INSS a recuperar	5.001	4.764	5.001	4.764	5.001	4.764	-	-	-
ISS a recuperar	252	254	874	1.056	874	1.056	-	-	-
PIS / COFINS	1.821	555	4.617	3.688	4.609	3.688	8	-	-
Outros impostos	70		81	84	81	84			
	112.188	109.414	156.546	148.386	143.269	137.682	12.300	10.704	977
Ativo circulante	67.626	72.459	111.333	111.418	98.707	100.729	12.291	10.689	335
Ativo não circulante	44.562	36.955	45.213	36.968	44.562	36.953	9	15	642
Total	112.188	109.414	156.546	148.386	143.269	137.682	12.300	10.704	977

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

 i) O ICMS está representado principalmente pelo crédito relativo às aquisições de ativo imobilizado, compensado à razão mensal de 1/48 avos, conforme a legislação fiscal vigente.

10 Depósitos judiciais

					imormações supiementa					
	C	Controladora		Consolidado		Logística	Cond	essionárias	Locadora	
Descrição	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	
Trabalhistas (i)	32.734	23.734	37.766	26.889	35.536	25.152	2.200	1.737	30	
Cíveis (ii)	6.416	14.200	14.334	20.488	14.164	20.332	170	156	-	
Tributárias (ii)	830	828	938	936	938	936		-	-	
Total	39.980	38.762	53.038	48.313	50.638	46.420	2.370	1.893	30	

- i) Refere-se, basicamente, ao volume de depósitos recursais de processos em andamento e bloqueios judiciais de contas correntes bancárias da Companhia. A Companhia está interpondo embargos à execução de forma a desbloquear total ou parcialmente os valores bloqueados; e
- ii) Refere-se a garantias exigidas para continuidade dos processos.

11 Outros créditos

					Informações suplementare				lementares
	Co	ntroladora	C	onsolidado		Logística		essionárias	Locadora
Descrição	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Valores a receber - CMT (i)	970	970	21.374	19.170	21.374	19.170	-	-	-
Valores a receber contrato gestão de									
ativos	-	-	18.596	16.944	18.596	16.944	-	-	-
Adiantamentos aos fornecedores	3.503	7.413	26.191	17.373	4.136	9.157	21.850	8.216	205
Outros créditos	7.483	4.596	18.015	11.652	25.472	3.568	11.155	8.193	5
Valores a receber - Consórcios	1	1.357	360	2.580	360	2.580	-	-	-
Adiantamentos aos funcionários	4.765	5.455	6.571	6.769	5.841	6.285	673	484	57
Garantias contratuais	-	-	651	878	651	878	-	-	-
Sinistros a receber	952	1.107	952	1.107	952	1.107	-	-	-
Caução imobiliárias	791	863	1.427	1.220	1.427	1.220	-	-	-
Valores a receber - Intercompany (ii)	16.353	3.680	-	-	-	-	-	-	-
Fundos para capitalização									
concessionárias (iii)	-	-	52.966	43.149	-	-	52.966	43.149	-
Dividendos a Receber	-	517	-	-	-	-	-	-	-
Venda de imóveis	6.938	-	6.938	-	6.938	-	-	-	-
Bônus / Conta corrente montadora	-	-	14.180	8.163	-	-	14.180	8.163	-
Valores a receber frotista			2.876	399			2.876	399	
Total	41.756	25.958	171.097	129.404	85.747	60.909	103.700	68.604	267
Ativo circulante	34.698	20.413	88.473	60.420	58.023	37.183	48.800	23.346	267
Ativo não circulante	7.058	5.545	82.624	68.984	27.724	23.726	54.900	45.258	
Total	41.756	25.958	171.097	129.404	85.747	60.909	103.700	68.604	267

- i) Saldo correspondente a valores mantidos pelo Consórcio Metropolitano de Transportes (Transporte urbano de passageiros) para o exercício de sua atividade operacional;
- Substancialmente composto pelos aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos com sua controlada
 CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda; e
- iii) Saldo correspondente ao aporte inicial efetuado pelas controladas da JSL Concessionárias e os valores percentuais do custo de aquisição de veículos retidos pelas montadoras, depositados em

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fundos administrados por instituições financeiras ligadas às mesmas, em nome das controladas. Esses fundos são utilizados como garantia das linhas de crédito de fornecimento de veículos, e podem ser sacados os valores de contribuição excedentes às metas de contribuição estabelecidas anualmente.

JSL S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Investimentos

					Controladora
Investimentos	Patrimônio Líquido em 31/12/2013	Participação %	Equivalência Patrimonial	31/12/2013	31/12/2012
JP Tecnolimp S.A.	2.178	99,00000	(959)	2.156	6.742
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	7.113	99,99980	1.513	7.113	5.600
CS Brasil Transporte de Passageiros e Serviços					
Ambientais Ltda.	614.898	99,99998	24.426	614.898	490.078
Yolanda Logística Armazém Transporte e Serviços					
Gerais Ltda.	24.119	99,99998	1.913	24.119	8.427
JSL Locações Ltda.	208.181	99,99950	24.244	208.180	87.826
JSL Invest. Concessionárias e Lojas de Veíc., Máqs. e					
Equiptos. S.A.	200.688	99,99999	4.421	200.688	71.518
JSL Holding Financeira Ltda.	143	99,99999	(1.188)	143	-
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	7.783	99,99999	(126)	7.783	-
Apta Veículos e Representações Ltda.	24.123	99,99999	6	24.123	-
Movida Locação de Veículos Ltda.	50.580	99,99999	(23)	50.580	-
Ágio em controladas (CPC18) (i)	-		<u> </u>	30.878	
Total de investimentos permanentes			54.227	1.170.661	670.191
Outros Investimentos					
TKJS Serviços de Logística do Brasil Ltda.	2.526	50,00000	38	1.263	-
Outros Investimentos (ii)	-	-	<u> </u>	73	91
Total de investimentos na controladora			54.265	1.171.997	670.282
					Consolidado
Investimentos				31/12/2013	31/12/2012
TKJS Serviços de Logística do Brasil Ltda.	2.526	50,00000	38	1.263	-
Outros Investimentos (ii)		_		73	91
Total outros investimentos			38	1.336	91

i) Reclassificação na Controladora do ágio de combinação de negócios da Yolanda, JSL Concessionárias, Movida e Apta, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, em conformidade com o CPC18; e

ii) Saldo composto pela Centronor - Centro Rein. Mot. Região Nordeste.

JSL S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.1. Movimentação dos investimentos

Investimento	31/12/2012	Aporte de Capital / (Baixa de Investimento)	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial em 2013	Ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	31/12/2013	Resultado de equivalência patrimonial em 2012
JP Tecnolimp S.A.	6.742	-	-	(959)	-	(3.627)	2.156	2.175
Mogipasses Comércio de Bilhetes								
Eletrônicos Ltda.	5.600	-	-	1.513	-	-	7.113	1.499
CS Brasil Transporte de Passageiros e								
Serviços Ambientais Ltda.	490.078	-	150.000	24.426	-	(49.606) (i)	614.898	42.554
Yolanda Logística Armazém Transporte e								
Serviços Gerais Ltda.	8.427	-	14.198 (` '	-	(419)	24.119	5.533
JSL Locações Ltda.	87.826	-	96.110 ((ii) 24.244	-	-	208.180	(12.887)
JSL Invest. Concessionárias e Lojas de Veíc.,								
Máqs. e Equiptos. S.A.	71.518	-	124.749	4.421	-	-	200.688	(2.863)
JSL Holding Financeira Ltda.	-	-	1.331 (iii) (1.188)	-	-	143	-
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	7.909 (iii) (126)	-	-	7.783	-
Apta Veículos e Representações Ltda.	-	6.617	17.500 (iii) 6	-	-	24.123	-
Movida Locação de Veículos Ltda.	-	7.091	44.630 (iii) (23)	-	-	50.580	-
TKJS Serviços de Logística do Brasil Ltda.	-	1.225	-	38	-	-	1.263	-
Outros investimentos	91	(18)	-	-	-	-	73	-
Ágio em controladas (CPC18) (iv)	-	-	-	-	30.878 (iv)	-	30.878	-
Total	670.282	14.915	456.427	54.265	30.878	(53.652)	1.171.997	36.011

- i) Pagamento de dividendos no exercício;
- ii) Adiantamento para futuro aumento de capital para aquisição de bens imobilizado;
- iii) Adiantamento para futuro aumento de capital e aporte de capital para constituição de novas empresas (Em fase pré operacional e em fase de aprovação de órgãos reguladores); e
- iv) Ágio decorrente de combinação de negócios classificados como investimento na Controladora conforme CPC18.

JSL S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.2. Investimentos em controladas

A participação de ativos, passivos, receitas e despesas nas empresas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas estão abaixo:

										31/12/2013
										Controladora
		Apta Veículos	JSL Empreend.	JSL Holding	JSL Invest. Concessionári as e Lojas de		Yolanda Logística Armazém Transporte e		Mogipasses Comércio de	CS Brasil Transportes de Passageiros e
	Locação de Veículos Ltda.	e Repres. Ltda.	Imobiliários Ltda.	Financeira Ltda.	Veíc., Máqs. e Equiptos. S.A.	JSL Locações Ltda.	Serviços Gerais Ltda.	JP Tecnolimp S.A.	Bilhetes Eletrônicos Ltda.	Serviços Ambientais Ltda.
Ativo Circulante	7.449	7.948	2	154	73	79.577	7.768	2.094	19.774	491.553
Ativo Não Circulante	60.974	17.649	7.781	295	206.736	393.143	31.312	879	235	387.264
Passivo Circulante	16.188	1.473	-	308	1.045	228.827	7.998	283	12.896	152.345
Passivo Não Circulante	1.655	-	-	-	5.076	35.711	6.963	512	-	111.574
Patrimônio Líquido	50.580	24.124	7.783	141	200.688	208.182	24.119	2.178	7.113	614.898
Receitas Despesas	5.133 (5.156)	2.168 (2.162)	(126)	(1.188)	4.415	139.819 (115.575)	20.409 (18.496)	2.414 (3.383)	2.032 (519)	769.734 (745.308)
Lucro / (Prejuízo) Líquido do exercício	(23)	6	(126)	(1.188)	4.415	24.244	1.913	(969)	1.513	24.426

	JSL Invest. Concessionári as e Lojas de Veíc., Máqs. e Equiptos. S.A.	JSL Locações Ltda.	Yolanda Logística Armazém Transporte e Serviços Gerais Ltda.	JP Tecnolimp S.A.	Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	Controladora CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
culante o Circulante Circulante Não Circulante	246.031 84.945 246.630 12.828	9.805 195.457 60.062 57.374	6.185 16.953 8.480 6.231	7.150 762 1.102	16.220 245 10.865	434.932 264.413 142.935 66.332
do	71.518	87.826	8.427	6.810	5.600	490.078
	1.080.227 (1.083.090)	49.433 (62.320)	23.294 (17.761)	6.787 (4.590)	1.999 (500)	641.156 (598.602)
o exercício	(2.863)	(12.887)	5.533	2.197	1.499	42.554

31/12/2012

JSL S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

									Controladora
_	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Construções em Andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e Utensílios	Embarcações	Outros	Total
Custo ou avaliação:									•
Em 31 de dezembro de 2012	2.063.436	387.259	26.336	104.007	13.860	13.333	2.078	63.090	2.673.399
Adições	658.023	86.790	44.363	-	3.754	4.247	-	930	798.107
Baixas	(455.511)	(6.950)	=	=	(36)	(1)	=	(10.772)	(473.270)
Transferências	(38.516)	39.042	(6.586)	3.607	114	-	-	2.339	-
Baixas com operações especiais (*)	(58.211)	(4.944)	<u> </u>	<u> </u>		<u> </u>		(11)	(63.166)
Em 31 de dezembro de 2013	2.169.221	501.197	64.113	107.614	17.692	17.579	2.078	55.576	2.935.070
Depreciação:									
Em 31 de dezembro de 2012	(380.704)	(91.966)	=	(12.917)	(6.318)	(4.765)	(289)	(9.126)	(506.085)
Despesa de depreciação no exercício	(196.354)	(49.433)	-	(7.433)	(3.322)	(1.419)	(101)	(2.546)	(260.608)
Baixas	111.842	2.669	-	-	1	-	-	1.271	115.783
Transferências	16.864	(16.911)	-	(2)	-	-	-	49	-
Baixas com operações especiais (*)	10.532	866	-	-	(1.206)	-	-	-	10.192
Em 31 de dezembro de 2013	(437.820)	(154.775)		(20.352)	(10.845)	(6.184)	(390)	(10.352)	(640.718)
Valor residual líquido:		_		_			_		_
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.682.732	295,293	26.336	91.090	7.542	8.568	1.789	53.964	2.167.314
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.731.401	346.422	64.113	87.262	6.847	11.395	1.688	45.224	2.294.352
			******	****					
Taxas médias da depreciação (%) - no exercício:									
Leves	12,0	_	-	-	-	-	-	-	
Pesados	7,9	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	12,0	-	2,1	20,0	10,0	5,0	10,0	

^(*) Refere-se substancialmente ao efeito da movimentação dos bens disponibilizados para venda (renovação de frota).

JSL S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

											Consolidado
	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Construções em Andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e Utensílios	Terrenos	Edifícios	Embarcações	Outros	Total
Custo ou avaliação:										"	
Em 31 de dezembro de 2012	2.535.467	401.300	29.461	135.566	17.672	21.512	-	-	2.078	69.443	3.212.499
Adições por combinação de negócios	46.206	210	-	836	604	292	-	-	-	1.093	49.241
Adições	1.171.203	94.106	59.880	12.512	4.514	6.801	13.800	12.555	-	9.688	1.385.059
Baixas Custo	(538.319)	(7.279)	-	(32)	(212)	(12)	-	-	-	(10.844)	(556.698)
Transferências	(38.427)	38.953	(7.064)	4.085	114	-	-	-	-	2.339	-
Movimentação com operações especiais (*)	(92.983)	(6.558)	-	(4)		-	-			(11)	(99.556)
Em 31 de dezembro de 2013	3.083.147	520.732	82.277	152.963	22.692	28.593	13.800	12.555	2.078	71.708	3.990.545
•									.,		
Depreciação:											
Em 31 de dezembro de 2012	(444.018)	(97.010)	(1)	(19.324)	(8.906)	(7.132)	-	-	(290)	(9.332)	(586.013)
Adições por combinação de negócios	(4.430)	(191)	-	(130)	(163)	(105)	-	-	-	(19)	(5.038)
Despesa de depreciação no exercício	(274.076)	(51.794)	-	(9.682)	(4.282)	(2.203)	-	(84)	(101)	(2.829)	(345.051)
Baixas Custo	132.815	2.886	-	-	150	1	-	-	-	1.271	137.123
Transferências	17.018	(17.065)	-	(2)	-	-	-	-	-	49	-
Movimentação com operações especiais (*)	16.708	866	-	-	(1.206)	3	-		<u> </u>	-	16.371
Em 31 de dezembro de 2013	(555.983)	(162.308)	(1)	(29.138)	(14.407)	(9.436)	-	(84)	(391)	(10.860)	(782.608)
Valor residual líquido:											
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.091.449	304.290	29.460	116.242	8.766	14.380	-	-	1.788	60.111	2.626.486
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.527.164	358.424	82.276	123.825	8.285	19.157	13.800	12.471	1.687	60.848	3.207.937
Taxas médias da depreciação (%) - no exercício:											
Leves	12,0			-		-	-	-		-	
Pesados	7,9	_						_		_	
Outros	-	12,0	-	2,1	20,0	10,0	-	5,0	5,0	10,0	

^(*) Refere-se substancialmente ao efeito da movimentação dos bens disponibilizados para venda (renovação de frota).

JSL S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações suplementares imobilizado:

								Consolida	ido Logística
	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Construções em Andamento (i)	Benfeitorias em propriedade de terceiros (ii)	Computadores e periféricos	Móveis e Utensílios	Embarcações (iii)	Outros	Total
Custo ou avaliação:									
Em 31 de dezembro de 2012	2.523.658	393.313	29.461	110.595	13.957	14.080	2.078	68.239	3.155.381
Adições	1.124.345	93.262	59.880	4	4.173	4.969	-	8.886	1.295.519
Baixas	(524.791)	(7.250)	-	-	(36)	(1)	-	(10.809)	(542.887)
Transferências	(38.427)	38.953	(7.064)	4.085	114	-	-	2.339	-
Baixas com operações especiais (*)	(92.624)	(6.558)	-	-	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	(11)	(99.193)
Em 31 de dezembro de 2013	2.992.161	511.720	82.277	114.684	18.208	19.048	2.078	68.644	3.808.820
Depreciação:									
Em 31 de dezembro de 2012	(441.790)	(94.540)	(1)	(13.256)	(6.525)	(4.889)	(290)	(9.228)	(570.519)
Despesa de depreciação no exercício	(270.750)	(51.166)	-	(8.163)	(3.448)	(1.541)	(101)	(2.687)	(337.856)
Baixas	129.930	2.851	-	-	1	-	-	1.271	134.053
Transferências	17.018	(17.065)	-	(2)	-	-	-	49	-
Baixas com operações especiais (*)	16.571	866	-	-	(1.206)	-	-	-	16.231
Em 31 de dezembro de 2013	(549.021)	(159.054)	(1)	(21.421)	(11.178)	(6.430)	(391)	(10.595)	(758.091)
Valor residual líquido:									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.081.868	298.773	29.460	97.339	7.432	9.191	1.788	59.011	2.584.862
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.443.140	352.666	82.276	93.263	7.030	12.618	1.687	58.049	3.050.729
Taxas médias da depreciação (%) - no exercício:									
Leves	12,0	-	-	-	-	-	-	-	
Pesados	7,9	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	12,0	-	2,1	20,0	10,0	5,0	10,0	

- (*) Refere-se substancialmente ao efeito da movimentação dos bens disponibilizados para venda (renovação de frota).
 - i) Saldos substancialmente compostos por gastos com construção de armazém em Recife-PE e saldos correspondentes à primeira fase das obras do terminal intermodal de Itaquaquecetuba-SP;
 - ii) Benfeitorias relativas à construção do terminal intermodal em Itaquaquecetuba-SP, composto por 4 (quatro) galpões, para atender as atividades de armazenagem. Atualmente estão concluídos 2 (dois) galpões e os demais serão construídos mediante demanda da operação. Inclui juros de empréstimos capitalizados no valor de R\$ 199 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 44 no exercício findo em 2012); e
 - iii) Refere-se à embarcação para prestação de serviços de dragagem.

JSL S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

_								Consolidado C	oncessionárias
	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e Utensílios	Terrenos	Edifícios	Outros	Total
Custo ou avaliação:					"		J.,		
Em 31 de dezembro de 2012	11.809	7.987	24.971	3.715	7.432	-	-	1.204	57.118
Adições	15.834	820	11.552	340	1.499	13.800	12.555	802	57.202
Baixas	(11.090)	(26)	(10)	(152)	(10)	-	-	(35)	(11.323)
Movimentações com operações especiais	(359)	<u> </u>	(4)	-	<u> </u>			-	(363)
Em 31 de dezembro de 2013	16.194	8.781	36.509	3.903	8.921	13.800	12.555	1.971	102.634
Depreciação:									
Em 31 de dezembro de 2012	(2.228)	(2.470)	(6.068)	(2.381)	(2.243)	-	-	(104)	(15.494)
Despesa de depreciação no exercício	(2.363)	(629)	(1.517)	(824)	(660)	-	(84)	(141)	(6.218)
Baixas	2.066	35	-	125	-	-	-	-	2.226
Movimentações com operações especiais	137		-	<u> </u>	3	-	<u> </u>	-	140
Em 31 de dezembro de 2013	(2.388)	(3.064)	(7.585)	(3.080)	(2.900)	-	(84)	(245)	(19.346)
Valor residual líquido:									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.581	5.517	18.903	1.334	5.189	-	-	1.100	41.624
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.806	5.717	28.924	823	6.021	13.800	12.471	1.726	83.288

JSL S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Consolic	lado Locadora
	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e Utensílios	Outros	Total
Custo ou avaliação:							_
Em 30 de novembro de 2013	46.206	210	836	604	292	1.093	49.241
Adições	31.024	24	956	1	333	-	32.338
Baixas	(2.438)	(3)	(22)	(24)	(1)	-	(2.488)
Em 31 de dezembro de 2013	74.792	231	1.770	581	624	1.093	79.091
Depreciação:							
Em 30 de novembro de 2013	(4.430)	(191)	(130)	(163)	(105)	(19)	(5.038)
Despesa de depreciação no exercício	(963)	1	(2)	(10)	(2)	(1)	(977)
Baixas	819	-	-	24	1	-	844
Em 31 de dezembro de 2013	(4.574)	(190)	(132)	(149)	(106)	(20)	(5.171)
Valor residual líquido:							
Saldo em 30 de novembro de 2013	41.776	19	706	441	187	1.074	44.203
Saldo em 31 de dezembro de 2013	70.218	41	1.638	432	518	1.073	73.920

JSL S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

									С	ontroladora
	Ágio decorrente da	Ágio decorrente				Ágio decorrente	Ágio decorrente			
	combinação de	da combinação	Ágio decorrente	Ágio decorrente	Ágio decorrente	da combinação de	da combinação de			
	negócios - JSL	de negócios -	da aquisição da	da aquisição da	da aquisição da	negócios - Movida	negócios - Apta		Marcas e	
	Concessionárias (v)	Schio (v)	Lubiani (i)	Grande ABC (i)	Yolanda (i)	(vii)	(vii)	Softwares (iii)	patentes	Total
Custo ou avaliação:										
Em 31 de dezembro de 2012	21.481	119.191	73.011	85.511	6.233	-	-	16.702	956	323.085
Adições	-	-	-	-	-	595	2.777	5.098	1.118	9.588
Reclassificação para investimento	(21.481)	-	-	-	(6.233)	(595)	(2.777)	-	-	(31.086)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(35)	-	(35)
Em 31 de dezembro de 2013	-	119.191	73.011	85.511		-	-	21.765	2.074	301.552
Amortização:										
Em 31 de dezembro de 2012	-	-	(42.652)	(2.451)	(208)	-	-	(6.936)	(24)	(52.271)
Despesa de amortização no exercício	-	-	-	-	-	-	-	(2.884)	(8)	(2.892)
Reclassificação para investimento	-	-	-	-	208	-	-	-	-	208
Reclassificação para Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	1.206	-	1.206
Em 31 de dezembro de 2013	-	-	(42.652)	(2.451)	-	-	-	(8.614)	(32)	(53.749)
Intangível líquido:										
Saldo em 31 de dezembro de 2012	21.481	119.191	30.359	83.060	6.025	-	-	9.766	932	270.814
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	119.191	30.359	83.060	-	-	-	13.151	2.042	247.803

											c	onsolidado
	Ágio decorrente da combinação de negócios - JSL Concessionárias (v)	Ágio decorrente da combinação de negócios - Schio (v)	Ágio decorrente da aquisição da Lubiani (i)	Ágio decorrente da aquisição da Grande ABC (i)	Ágio decorrente da aquisição da Yolanda (i)	Ágio decorrente da aquisição da Transrio (vi)	Ágio decorrente da combinação de negócios - Movida (vii)	Ágio decorrente da combinação de negócios - Apta (vii)	Softwares (iii)	Fundo de comércio	Outros	Total
Custo ou avaliação:		2 2 (1)	()									
Em 31 de dezembro de 2012	21.481	119.191	73.011	85.511	6.233	22.834	-	-	21.179	1.000	9.043	359.483
Adições por combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	224	3.721	200	4.145
Adições	-	-	-	-	-	-	595	2.777	5.976	15.500	1.129	25.977
Baixas		-	-		-	-	-	-	(51)	-	-	(51)
Em 31 de dezembro de 2013	21.481	119.191	73.011	85.511	6.233	22.834	595	2.777	27.328	20.221	10.372	389.554
Amortização:												
Em 31 de dezembro de 2012	-	-	(42.652)	(2.451)	(208)	(9.772)	-	-	(7.757)	(351)	(1.845)	(65.036)
Adições por combinação de negócios	-	-	- 1		-		-	-	(111)	-	- 1	(111)
Despesas de amortização no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.457)	(1.088)	(578)	(5.123)
Reclassificação para Imobilizado		-	-		-	-	-	-	1.206	-	-	1.206
Em 31 de dezembro de 2013			(42.652)	(2.451)	(208)	(9.772)	-	-	(10.119)	(1.439)	(2.423)	(69.064)
Intangível líquido:	01.401	110 101	20.250	83.060	6.025	10.000			10.400	649	7.198	294.447
Saldo em 31 de dezembro de 2012 Saldo em 31 de dezembro de 2013	21.481 21.481	119.191 119.191	30.359 30.359	83.060	6.025	13.062 13.062	- 595	- 2.777	13.422 17.209	18.782	7.198 7.949	320.490
Saluo elli Si de dezembro de 2013	21.461	119.191	30.339	63.060	6.025	13.062	595	2.111	17.209	16.762	1.949	320.490

JSL S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações suplementares intangível:

											Consolidad	do Logística
	Ágio decorrente da combinação de negócios - JSL Concessionárias (v)	Ágio decorrente da combinação de negócios - Schio (v)	Ágio decorrente da aquisição da Lubiani (i)	Ágio decorrente da aquisição da Grande ABC (i)	Ágio decorrente da aquisição da Yolanda (i)	Ágio decorrente da combinação de negócios - Movida (vii)	Ágio decorrente da combinação de negócios - Apta (vii)	Softwares (iii)	Marcas e patentes	São José dos Campos - Outorga (ii)	Prefeitura de Sorocaba - Outorga (iv)	Total
Custo ou avaliação:		_	-			-						
Em 31 de dezembro de 2012	21.481	119.191	73.011	85.511	6.233	-	-	19.731	971	4.257	1.750	332.136
Adições	-	-	-	-	-	595	2.777	5.964	1.118	-	-	10.454
Baixas		-	-		-			(36)	-		-	(36)
Em 31 de dezembro de 2013	21.481	119.191	73.011	85.511	6.233	595	2.777	25.659	2.089	4.257	1.750	342.554
Amortização:												
Em 31 de dezembro de 2012	-	-	(42.652)	(2.451)	(208)	-	-	(7.283)	(23)	(1.568)	(254)	(54.439)
Despesa de amortização no exercício	-	-	-	- '	- '-	-	-	(3.427)	(6)	(354)	(218)	(4.005)
Reclassificação para Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	1.206	-	-	-	1.206
Em 31 de dezembro de 2013		-	(42.652)	(2.451)	(208)	-	-	(9.504)	(29)	(1.922)	(472)	(57.238)
Intangível líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2012 Saldo em 31 de dezembro de 2013	21.481 21.481	119.191 119.191	30.359 30.359	83.060 83.060	6.025 6.025	- 595	- 2.777	12.448 16.155	948 2.060	2.689 2.335	1.496 1.278	277.697 285.316

-						Consolidado Con	cessionarias
	Softwares (iii)	Intangível em andamento	Direito de concessão	Fundo de comércio	Marcas e patentes	Ágio decorrente da aquisição da Transrio (vi)	Total
Custo ou avaliação:		, <u>,</u>					<u> </u>
Em 31 de dezembro de 2012	1.447	1.092	970	1.000	4	22.834	27.347
Adições	12	-	-	15.500	11	-	15.523
Baixas	(15)	-	-	-	-	-	(15)
Em 31 de dezembro de 2013	1.444	1.092	970	16.500	15	22.834	42.855
Amortização:							
Em 31 de dezembro de 2012	(474)	-	-	(351)	-	(9.772)	(10.597)
Despesa de amortização no exercício	(26)	-	-	(1.088)	-	-	(1.114)
Em 31 de dezembro de 2013	(500)			(1.439)	-	(9.772)	(11.711)
Intangível líquido:							
Saldo em 31 de dezembro de 2012	973	1.092	970	649	4	13.062	16.750
Saldo em 31 de dezembro de 2013	944	1.092	970	15.061	15	13.062	31.144

JSL S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Consolidado Locador			
_		Fundo de	Ponto			
	Softwares (iii)	comércio	Comercial	Total		
Custo ou avaliação:						
Em 30 de novembro de 2013	224	3.721	200	4.145		
Em 31 de dezembro de 2013	224	3.721	200	4.145		
Amortização: Em 30 de novembro de 2013	(111)	-	-	(111)		
Despesa de amortização no exercício	(4)	-	-	(4)		
Em 31 de dezembro de 2013	(115)	-	-	(115)		
Intangível líquido: Saldo em 30 de novembro de 2013 Saldo em 31 de dezembro de 2013	113 109	3.721 3.721	200 200	4.034 4.030		

- i) Ágio na aquisição de negócios, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura e amortizado até 31 de dezembro de 2008 demonstrado no consolidado. Na controladora reclassificamos para a rubrica de "Investimentos" o ágio decorrente da aquisição da Yolanda em conformidade com o CPC18;
- ii) Direito de concessão para prestação de serviços de transporte urbano adquirido em 2008 com prazo de 12 anos, sendo amortizado linearmente neste período com término previsto em contrato para julho de 2020;
- iii) Softwares tem uma vida útil de 5 anos, sendo amortizado linearmente neste período;
- iv) Direito de concessão para prestação de serviços de transporte urbano adquirido em 16 de junho de 2011 com prazo de 8 anos, sendo amortizado linearmente neste período com término previsto em contrato para junho de 2019;
- v) Ágio na combinação de negócios, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, sendo a Rodoviário Schio Ltda. adquirida em dezembro de 2011 e a JSL Concessionárias adquirida em fevereiro de 2012 demonstrado no consolidado. Na controladora reclassificamos para a rubrica de "Investimentos" o ágio da JSL Concessionárias em conformidade com o CPC 18. O ágio da Schio foi incorporado pela Controladora em 31 de dezembro de 2011;
- vi) Ágio na Original Veículos Ltda. originado na aquisição da Transrio Veículos Ltda., fundamentado em expectativa de rentabilidade futura; e
- vii) Ágio na combinação de negócios, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, sendo a Movida e Apta adquirida em 30 novembro de 2013 pela controladora. Na controladora reclassificamos para a rubrica de "Investimentos" o ágio da Movida e Apta em conformidade com o CPC 18.

14.1 Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, os ágios adquiridos por meio de combinações de negócios e com vidas úteis indefinidas foram alocados aos segmentos de negócios da Companhia (unidade geradora de caixa).

A Companhia realiza anualmente o teste de valor recuperável e considera, entre outros fatores, a relação entre sua cotação no mercado e seu valor contábil, de forma a identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2013, a cotação do mercado da Companhia era

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

maior que seu valor contábil, indicando potencial aumento ao valor recuperável do ágio e aumento ao valor recuperável dos ativos.

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor recuperável, com base no valor em uso, são baseadas no desempenho histórico da economia e premissas macro econômicas razoáveis, como segue:

- Receitas: projetada de 2014 a 2023 considerando crescimento da base de clientes, receitas pela renovação da frota, a evolução das receitas do mercado com relação ao PIB e a participação da Companhia neste mercado;
- Custos e despesas: projetados no mesmo período das receitas de acordo com a dinâmica da base de clientes em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas;
- Investimentos de capital: estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços; e
- Taxa de desconto: a estimativa do valor em uso dos fluxos de caixa futuros estimados foram descontados ao seu valor presente, utilizando-se a taxa de desconto média correspondente ao custo médio ponderado de capital, estimado em 10,30%.

JSL S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Empréstimos e financiamentos

								С	ontroladora					C	Consolidado
	Taxa média				Circulante	Nã	o circulante		Total		Circulante	Nã	o circulante		Total
Modalidade	anual (%)	Estrutura (%)	Vencimento	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Em moeda nacional															
Operacional (Veículos, máqs. e equip. e construção)															
Finame (i)	4,9	Pré / TJLP	2023	234.786	242.845	939.722	810.320	1.174.508	1.053.165	247.254	252.538	988.552	829.756	1.235.806	1.082.294
FINEM (ii) (*)	7,8	2,7+TJLP & Pré/Pós fixada (TJLP e IPCA)	2019	9.416	6.137	71.095	35.698	80.511	41.835	9.416	6.137	71.095	35.698	80.511	41.835
CDC	-	· -	2016	392	<u>-</u>	1.371	-	1.763		531	-	1.855		2.386	<u>-</u>
				244.594	248.982	1.012.188	846.018	1.256.782	1.095.000	257.201	258.675	1.061.502	865.454	1.318.703	1.124.129
Não operacional CCB										,					
Aquisições	9,9	2+CDI	2015	-	11.754	-	16.528	-	28.282	-	11.754	-	16.528	-	28.282
CCB (iii)	11,4	115 do CDI / 114,2 do CDI / 1,85+CDI	2019	54.028	(201)	781.866	443.251	835.894	443.050	54.028	38.218	781.866	450.460	835.894	488.678
Nota de crédito à exportação (iv)	11,6	1,89+CDI / 1,5+CDI / 1,9+CDI	2016	29.828	30.134	233.122	22.500	262.950	52.634	29.828	30.134	233.122	22.500	262.950	52.634
Conta garantida	-	-	-		_	_	-	-	-	-	13.603	-	-		13.603
				83.856	41.687	1.014.988	482.279	1.098.844	523.966	83.856	93.709	1.014.988	489.488	1.098.844	583.197
Em moeda estrangeira Não operacional						,									
Capital de giro (4131) - USD (v)	10,8	Swap para CDI+1	2016	24.343	<u>-</u>	44.512	<u>-</u>	68.855	-	24.343	<u>-</u>	44.512	-	68.855	
				352.793	290.669	2.071.688	1.328.297	2.424.481	1.618.966	365.400	352.384	2.121.002	1.354.942	2.486.402	1.707.326

CCB - Cédulas de Crédito Bancário

FINEM – Linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)

(*) FINEM na estrutura da taxa já consideramos a comissão correspondente a fiança.

JSL S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os cronogramas de amortização da controladora e consolidado estão demonstrado abaixo, por ano de vencimento:

					31/12/2013		
			Controladora	C	Consolidado		
	Vencimento das parcelas	Valor Total	%	Valor Total	%		
Total passivo circulante	2014	352.793	14,6	365.400	14,7		
	2015	404.761	16,7	415.628	16,7		
	2016	504.181	20,8	510.290	20,5		
	2017	348.792	14,4	354.333	14,3		
	2018	326.895	13,5	332.218	13,4		
	2019	242.655	10,0	247.653	10,0		
	2020	83.418	3,4	88.413	3,6		
	2021	73.328	3,0	78.305	3,1		
	2022 em diante	87.658	3,6	94.162	3,8		
Total passivo não circulante	_ _	2.071.688	85,4	2.121.002	85,3		
Total		2.424.481	100,0	2.486.402	100,0		

JSL S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Informações	suplementares	s - 31/12/2013
						Logística
Modalidade	Taxa média anual (%)	Estrutura (%)	Vencimento	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional	uu (/9	(//				
Operacional (Veículos, máqs. e equip. e construção)						
Finame (i)	4,9	Pré / TJLP	2023	247.254	988.552	1.235.806
FINEM (ii) (*)	7,8	2,7+TJLP & Pré/Pós fixada (TJLP e IPCA)	2019	9.416	71.095	80.511
CDC	-	-	2016	531	1.855	2.386
				257.201	1.061.502	1.318.703
Não operacional CCB						
Aquisições	9,9	2+CDI	2015	-	-	-
CCB (iii)	11,4	115 do CDI / 114,2 do CDI / 1,85+CDI	2019	54.028	781.866	835.894
Nota de crédito à exportação (iv)	11,6	1,89+CDI / 1,5+CDI / 1,9+CDI	2016	29.828	233.122	262.950
Conta garantida	-	-	-	<u>-</u>	<u>-</u>	_
				83.856	1.014.988	1.098.844
Em moeda estrangeira						_
Não operacional						
Capital de giro (4131) - USD (v)	10,8	Swap para CDI+1	2016	24.343	44.512	68.855
				365.400	2.121.002	2.486.402

CCB - Cédulas de Crédito Bancário

FINEM – Linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)

(*) FINEM na estrutura da taxa já consideramos a comissão correspondente a fiança.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empréstimos e financiamentos – Linha operacional (Vinculados a aquisição de veículos, máquinas e equipamentos e construção)

- i) Os financiamentos para investimentos em veículos e equipamentos (Finame) possuem taxa de juros anuais médias de 4,9 % ao ano, o que já inclui a TJLP vigente no período; e
- ii) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais 2,7 % ao ano.

Empréstimos e financiamentos – Linha não operacional (Linhas de capital de giro para outros investimentos)

- iii) Os encargos financeiros sobre cada uma das cédulas de crédito bancário estão compostos da seguinte forma:
 - 115 % do Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 - 114,2 % do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); e
 - Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,85 % ao ano.
- iv) Os encargos financeiros sobre a nota de crédito à exportação (NCE) possui taxa de juros anual, média de 1,8 %, acrescida da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- v) Contrato de empréstimo com o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd, sediado em Nova York Estados Unidos da América, no montante de USD 30.000 (trinta milhões de dólares americanos), prazo de 3 (três) anos, com 12 (doze) meses de carência do principal que foi designado pela Companhia como passivo financeiro a valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, conforme prática contábil descrita na Nota Explicativa 2.3.

Em relação aos empréstimos contratados, a Companhia está sujeita a cláusulas restritivas que podem antecipar tempestivamente o vencimento das obrigações, sendo as principais:

- i) omissão ou não recolhimento de quaisquer obrigações nas datas devidas pela Companhia;
- ii) mudanças significativas no controle acionário da Companhia, tais como liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação, alienação, ou reorganização societária envolvendo a Companhia, sem prévia anuência da instituição financeira contratada;
- iii) manutenção dos índices financeiros, obtido pela divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA Adicionado (EBITDA-A) dos últimos 12 meses, incluindo o EBITDA Adicionado (EBITDA-A) dos últimos 12 meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela Emissora, igual ou inferior a 3,0 (três inteiros) por todo o período do contrato de forma trimestral; e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iv) outros indicadores e ocorrências, que possam caracterizar a diminuição da capacidade no cumprimento das obrigações assumidas.

Estes compromissos foram cumpridos em 31 de dezembro de 2013.

15.1 Fianças bancárias

A Companhia possui as seguintes fianças bancárias:

Controladora

Natureza: utilização dos recursos existentes e relacionados a ação de execução fiscal

Beneficiária: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Garantidor: Banco da Indústria e Comércio S.A.

Valor: R\$ 11.000

Vencimento: Indeterminado

Taxa: 1,5% a.a.

Prazo: Indeterminado

 Natureza: utilização dos recursos existentes e relacionados ao Contrato de Financiamento Junto ao BNDES.

Beneficiária: BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social

Garantidor: Banco Votorantim S/A.

Valor: R\$ 32.579 + R\$ 7.620

Vencimento: 18/05/2015 e 17/08/2015

Taxa: 0,95% a.a. Prazo: 36 meses

• Natureza: utilização dos recursos existentes e relacionados a ação judicial da Procuradoria Geral da

Fazenda Nacional

Beneficiária: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Garantidor: Banco Itaú S.A.

Valor: R\$ 3.175

Vencimento: 08/12/2013

Taxa: 1,5% a.a.

Prazo: Sessenta meses

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza: utilização dos recursos existentes e relacionados a ação judicial do Instituto Nacional de

Seguridade Social - INSS

Beneficiária: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

Garantidor: Banco Itaú S.A.

Valor: R\$ 969

Vencimento: 08/12/2013

Taxa: 1.5% a.a.

Prazo: Sessenta meses

Natureza: Execução Fiscal da Comarca de Itaquaquecetuba.

Garantidor: Banco Pine S/A

Valor: R\$ 2.129

Vencimento: Indeterminado

Taxa: 1,0% a.a.

Prazo: Indeterminado

Natureza: Execução Fiscal da Comarca de Rio Grande do Sul.

Beneficiária: Juizo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Uruguaiana / RS.

Garantidor: Banco ABC Brasil S/A

Valor: R\$ 1.070

Vencimento: 14/01/2014

Taxa: 1,5% a.a.

Prazo: Indeterminado

Natureza: Ação Anulatória de Débito Fiscal da Comarca de Mato Grosso.

Beneficiária: Juizo de Direito da 3ª Vara Especializada da Fazenda Pública da comarca de Cuiabá

Garantidor: Banco ABC Brasil S/A

Valor: R\$ 1.100

Vencimento: 14/01/2014

Taxa: 1,5% a.a.

Prazo: Indeterminado

Natureza: Locação de Imóvel em São Bernardo do Campo.

Beneficiária: Juizo de Direito da 3ª Vara Especializada da Fazenda Pública da comarca de Cuiabá

Garantidor: Banco da Indústria e Comércio S.A

Valor: R\$ 540

Vencimento: 14/02/2014

Taxa: 1,2% a.a. Prazo: 12 meses

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• Natureza: Débitos Fiscais em aberto, que foram objeto dos Pedidos Eletrônicos de Restituição,

Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de compensação – PER/DCOM.

Beneficiária: Juiz Federal da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo - SP.

Garantidor: Banco da Indústria e Comércio S/A.

Valor: R\$ 10.600 + R\$ 2.186 Vencimento: Indeterminado

Taxa: 1,45% a.a.
Prazo: Indeterminado

 Natureza: utilização dos recursos existentes e relacionados ao Contrato de Financiamento Junto ao BNDES.

Beneficiária: BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social

Garantidor: HSBC Bank Brasil S.A - Banco Múltiplo.

Valor: R\$ 29.121

Vencimento: 13/06/2016

Taxa: 1,00% a.a. Prazo: 36 meses

 Natureza: utilização dos recursos existentes e relacionados ao Contrato de Financiamento Junto ao BNDES.

Beneficiária: BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social

Garantidor: Banco Safra S/A.

Valor: R\$ 14.651

Vencimento: 13/09/2016

Taxa: 0,90% a.a. Prazo: 36 meses

Natureza: Locação de Imóvel em Porto Alegre.

Beneficiária: Poa Indústria Plástica Eirelli - ME e Auxiliadora Predial Ltda

Garantidor: Banco da Indústria e Comércio S.A

Valor: R\$ 461

Vencimento: 11/11/2014

Taxa: 1,2% a.a. Prazo: 12 meses

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

JSL Concessionárias (Adquirida em 6 de fevereiro 2012)

Natureza: utilização dos recursos existentes e relacionados Floor Plan da Montadora Ford

Beneficiária: Ford Company do Brasil Garantidor: Banco Bradesco S/A.

Valor: R\$ 5.000

Vencimento: 07/04/2015

Taxa: 1,25% a.a. Prazo: 24 meses

• Natureza: utilização dos recursos existentes e relacionados para Garantir a restituição do IPI, feita em conjunto com a Associação de Concessionários Volkswagen (Assobrav), à Montadora Volkswagen.

Beneficiária: Volkswagen do Brasil S/A

Garantidor: Banco Bradesco S/A.

Valor: R\$ 1.317

Vencimento: 23/07/2014

Taxa: 1,3% a.a. Prazo: 12 meses

Natureza: Garantir o pagamento dos autos da Execução Fiscal, processo n.º 0025750-63.2000.4.03.6182 (2000.61.82.025750-4), que a Fazenda Nacional promove em face do cliente, consubstanciado no débito inscrito em dívida ativa conforme CDA nº 80.2.99.032584-65.

Afiançado: Original Veículos Ltda

Beneficiária: Juízo da 5ª. Vara Especializada das Execuções Fiscais da Justiça Federal de São Paulo

Garantidor: Banco ABC Brasil S/A.

Valor: R\$ 151

Vencimento: 30/01/2014

Taxa: 1,5% a.a. Prazo: 12 meses

Natureza: Garantir o pagamento dos autos da Execução Fiscal, processo n.º 0025749-78.2000.4.03.6182 (2000.61.82.025749-8), que a Fazenda Nacional promove em face do cliente, consubstanciado no débito inscrito em dívida ativa conforme CDA nº 80.2.99.032583-84

Afiançado: Original Veículos Ltda.

Beneficiária: Juízo da 5ª. Vara Especializada das Execuções Fiscais da Justiça Federal de São Paulo

Garantidor: Banco ABC Brasil S/A.

Valor: R\$ 521

Vencimento: 30/01/2014

Taxa: 1,5% a.a. Prazo: 12 meses

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

 Natureza: Garantir o pagamento dos autos do Processo Administrativo de Arrolamento nr. 18471.001905/2008-81, que a União Federal promove em face do cliente, tendo por objeto os créditos tributários oriundo dos Processos Administrativos nrs. 18471.001725/2008-08 e 18471.001724/200855.
 Afiançado: Original Veículos Ltda.

Beneficiária: Juízo da 5ª. Vara Especializada das Execuções Fiscais da Justiça Federal de São Paulo

Garantidor: Banco ABC Brasil S/A.

Valor: R\$ 8.000

Vencimento: 23/04/2015

Taxa: 1,5% a.a.
Prazo: 24 meses

16 Debêntures

			Controladora / Consolidado					
				Circulante	Nã	o circulante		Total
	Encargos anuais							
Modalidade	médios (%)	Vencimento	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Em moeda nacional								
Debêntures (3ª emissão) (i)	CDI + 1,85/1,95/2,20	2016	-	159	-	248.932	-	249.091
Debêntures (4ª emissão) (ii)	118 do CDI	2017	-	(15)	-	112.440	-	112.425
Debêntures (5ª emissão) (iii)	CDI + 1,85	2016	1.587	1.329	170.899	199.249	172.486	200.578
Debêntures (6ª emissão) (iv)	CDI + 1,80/2,20 / IPCA + 7,5	2020	15.012	-	400.984	-	415.996	-
Debêntures (7ª emissão) (v)	117,5 do CDI	2019	2.864	-	168.718	-	171.582	-
			19.463	1.473	740.601	560.621	760.064	562.094

O cronograma de amortização está demonstrado abaixo, por ano de vencimento:

	Controladora / Consolidado				
			31/12/2013		
	Vencimento das parcelas	Total	%		
Total passivo circulante	2014	19.463	2,6		
	2015	132.703	17,5		
	2016	104.224	13,7		
	2017	33.014	4,3		
	2018	207.782	27,3		
	2019	148.946	19,6		
	2020	113.932	15,0		
Total passivo não circulante	=	740.601	97,4		
Total		760.064	100,0		

i) Correspondente a 250 debêntures simples, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no valor individual de R\$ 1.000 totalizando R\$ 250.000, de 3 (três) séries, sendo R\$ 83.000 para as debêntures da 1º série, R\$ 84.000 para as debêntures da 2º série e R\$ 83.000 para as debêntures da 3º série, não conversíveis em ações, em

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Regime de Garantia Firme. As debêntures da 1ª série terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos, as debêntures da 2ª série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos e as debêntures da 3ª série terão prazo de vigência de 6 (seis) anos, a contar da data de emissão em 20 de dezembro de 2010, vencendo em 20 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, respectivamente. O valor nominal unitário das debêntures não será atualizado. As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais a contar da data de emissão. Juros remuneratórios correspondem a 100% (cento pontos percentuais) da variação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros "taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. acrescida de uma sobre taxa de 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano para as debêntures da 1ª série, 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano para as debêntures da 2ª série e 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano para as debêntures da 3ª série. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado de cada debênture, desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. A remuneração será paga ao final de cada período de capitalização.

Em 14 de agosto de 2013 foi resgatada a 1ª séria referente a 3ª emissão de debêntures no montante de R\$ 84.658, já a 2ª e 3ª série foram resgatadas em 20 de novembro de 2013 no montante de R\$ 88.214 e R\$ 87.316, respectivamente.

ii) Correspondente a 113 debêntures simples, sendo esta a 4ª emissão da Companhia nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no valor individual de R\$ 1.000 totalizando R\$ 113.000, de série única, não conversíveis em ações. As debêntures possuem prazo de duração de 6 anos, a contar da data de emissão em 24 de junho de 2011, vencendo em 24 de junho de 2017 e a atualização de seu valor será equivalente a 118% (cento e dezoito inteiros pontos percentuais) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia denominada "taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A.. O pagamento dos juros será feito trimestralmente, após a data da emissão. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado de cada debênture, desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento ("Remuneração"). A remuneração será paga ao final de cada período de capitalização.

A 4ª emissão de debêntures foi resgatada no dia 29 de outubro de 2013 no seu valor integral de R\$ 114.153.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii) Corresponde a 5ª Emissão de debêntures da Emissora, objeto de distribuição pública, nos termo da Instrução CVM 476. O Valor da emissão foi de R\$ 200.000, de série única, não conversíveis em ações. As debêntures possuem prazo de duração de 4 anos, a contar da data de emissão em 24 de maio de 2012 e o Valor Nominal Unitário será amortizado em 2 (duas) parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo a primeira em 24 de maio de 2015 e a segunda e última em 24 de maio de 2016, com valor nominal unitário de R\$ 10, correspondente a 20.000 debentures simples. As debêntures renderão juros a taxa correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", apuradas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, acrescida de um spread, equivalente a 1,85% a.a. (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("<u>Juros Remuneratórios</u>" e "<u>Remuneração</u>"), respectivamente. A Remuneração será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de novembro de 2012 e os demais pagamentos devidos todo dia 24 dos meses de maio e novembro até a Data de Vencimento, qual seja, 24 de maio de 2016 (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

Em 07 de novembro de 2013 ocorreu uma aquisição facultativa de 2.866 debêntures no PU 10,47349, dando o montante de R\$ 30.017 que estava em poder do banco Santander S.A.. Estas debêntures passaram a ser de propriedade de nossa tesouraria.

iv) Correspondente a 400 debêntures simples, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, no valor individual de R\$ 1.000 totalizando R\$ 400.000, de 3 (três) séries, sendo R\$ 152.429 para as debêntures da 1ª série, R\$ 62.472 para as debêntures da 2ª série e R\$ 185.099 para as debêntures da 3ª série, não conversíveis em ações, em Regime de Garantia Firme. As debêntures da 1ª série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, as debêntures da 2ª série terão prazo de vigência de 7 (sete) anos e as debêntures da 3ª série terão prazo de vigência de 7 (sete) anos, a contar da data de emissão em 15 de julho de 2013, vencendo em 15 de julho de 2018, 2020 e 2020, respectivamente. O valor nominal unitário das debêntures não será atualizado, exceto o valor nominal da 3ª série que atualizado monetariamente a partir da data de emissão pela variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), apurado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais a contar da data de emissão. Juros remuneratórios da 1ª série e 2ª série correspondem a 100% (cento pontos percentuais) da variação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros "taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. acrescida de uma sobre taxa de 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano para as debêntures da 1ª série, 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano para as debêntures da 2ª série e sobre o valor

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

nominal unitário atualizado das debêntures da 3ª série ou saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures da 3ª série, conforme o caso, incidirão, juros remuneratórios prefixados correspondentes a 7,50% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado de cada debênture, desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. A remuneração da 1ª série e 2ª série serão pagas semestralmente, nos meses de janeiro e julho de cada ano e os juros remuneratórios da 3ª série serão pagos anualmente a partir da data de emissão.

v) Correspondente a 17.000 debêntures simples, sendo esta a 7^g emissão da Companhia nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no valor individual de R\$ 10 totalizando R\$ 170.000, de série única, não conversíveis em ações. As debêntures possuem prazo de duração de 6 anos, a contar da data de emissão em 24 de outubro de 2013, vencendo em 24 de outubro de 2019 e a atualização de seu valor será equivalente a 117,5% (cento e dezoito inteiros pontos percentuais) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia denominada "taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A.. O pagamento dos juros será feito trimestralmente, após a data da emissão. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado de cada debênture, desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento ("Remuneração"). A remuneração será paga ao final de cada período de capitalização.

Os custos da transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, conforme determina o CPC08 (IAS39) são:

JSL S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				I	nformação / valor
Descrição	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	6ª Emissão	7ª Emissão
a. Identificação do processo por nature	za				
Instituição financeira	HSBC	BB-BI	Itaú	BTG Pactual	BB-BI
Valor da 1ª Série	50.000	113.000	100.000	90.749	170.000
Valor da 2ª Série	50.000	-	-	13.678	-
Valor da 3ª Série	50.000	-	-	72.797	-
Instituição financeira	BES Investimento	-	Santander	Caixa Geral	-
Valor da 1ª Série	33.000	-	100.000	1.000	-
Valor da 2ª Série	34.000	-	-	23.870	-
Valor da 3ª Série	33.000	-	-	40.234	-
Instituição financeira	-	-	-	Santander	-
Valor da 1ª Série	_	-	-	54.480	-
Valor da 2ª Série	-	-	-	19.074	-
Valor da 3ª Série	-	-	-	4.189	-
Instituição financeira	-	-	-	Votorantim	-
Valor da 1ª Série	-	-	_	6.200	-
Valor da 2ª Série	-	-	-	5.850	-
Valor da 3ª Série	-	-	-	67.879	-
Valor Total	250.000	113.000	200.000	400.000	170.000
Valor Total Recebido em C/C	250.721	113.486	201.270	401.910	170.000
Emissão	20/12/2010	24/06/2011	24/05/2012	15/07/2013	24/10/2013
Liquidação	28/12/2010	06/07/2011	18/06/2012	30 e 31/07/2013 & 01/08/2013	29/10/2013
Vencimento	20/12/2016	24/06/2017	24/05/2016	15/07/2020	24/10/2019
Espécie	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias
Identificação ativo na CETIP	JSML13/23/33	JSML14	JSML15	JSML16/26/36	JSML 17
identinicação ativo na OE III	00IVIL 10/20/00	OOMET	OOMETS	001VIE 10/20/30	OOWL 17
b. Custos da transação incorridos	(95)	(92)	(141)	(914)	(62)
Honorários advocatícios	(80)	(80)	(128)	(631)	(50)
Registro CETIP / CVM / Anbima	(13)	(10)	(11)	(282)	(11)
Despesas com banco mandatário	(2)	(2)	(2)	(1)	(1)
c. Prêmios obtidos					
Adicional pela liquidação	28/12/2010	06/07/2011	18/06/2012	30 e 31/07/2013 & 01/08/2013	N.A.
Valor da liquidação	721	486	1.270	1.910	-
d. Taxa de juros efetiva (tir) a.a. % 1ª Série 2ª Série 3ª Série	CDI + 2,00% CDI + 1,85% CDI + 1,95% CDI + 2,20%	118% CDI 118% CDI - -	CDI + 1,85% CDI + 1,85%	CDI + 1,9/IPCA +7,5 CDI + 1,80% CDI + 2,20% IPCA + 7,5%	117,55% CDI 117,55% CDI - -
e. Montante dos custos e prêmios a serem apropriados até o vencimento	-	-	(752)	(4.715)	(1.552)
f. Movimentação	Resgate antecipado em 14/08/2013 e 20/11/2013	Resgatada em 29/10/2013	Aquisição facultativa em 07/11/2013	N.A.	N.A.

As cláusulas restritivas administrativas referem-se basicamente às seguintes: (i) transformação da emissora em sociedade limitada; (ii) decretação de falência da emissora; (iii) mudanças significativas no controle acionário da Companhia, tais como liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação, alienação, ou reorganização societária envolvendo a Companhia, sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas em Assembléia Geral de Debenturistas convocada com este fim; (iv) outros indicadores e ocorrências, que a critério dos bancos, possam caracterizar a diminuição da capacidade no cumprimento das obrigações assumidas; (v) outros. Todos os compromissos descritos acima e no contrato estavam cumpridos em 31 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas pela Companhia estão sujeitos a cláusulas restritivas que, quando não atendidas, determinam a antecipação do vencimento das obrigações. Dentre essas cláusulas, destacam-se as relacionadas a índices financeiros, que deve ser atendida trimestralmente.

- i) <u>Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA Adicionado</u> (Consolidado) deve ser menor ou igual a 3,0 (três inteiros) para 5ª e 7ª emissão e para 6ª emissão deve ser inicialmente menor ou igual a 3,0 (três inteiros) e ajustado para menor ou igual a 3,5 (três inteiros e meio) a partir de 21 de novembro de 2019 ou da data em que os instrumentos financeiros (dívidas financeiras) firmados pela Emissora até a data de celebração da Escritura de Emissão e que contenham a obrigação de manutenção de índice financeiro igual ao índice inicial ("Dívidas Financeiras Anteriores à Debêntures") vençam (incluindo o vencimento antecipado), sejam integralmente pagas, ou renegociadas de modo a remover o índice inicial ou prever índice financeiro igual ou menos restritivo que o índice ajustado, o que ocorrer primeiro entre as possibilidades; e
- ii) EBITDA Adicionado pela Despesa Financeira Líquida igual ou maior a 2,0 (dois inteiros).

Abaixo segue composição do cálculo dos índices financeiros:

- EBITDA Adicionado corresponde ao lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescida do custo de venda dos ativos utilizados na prestação dos serviços, apurado ao longo dos últimos 12 meses, incluindo o EBITDA Adicionado dos últimos 12 meses de sociedades incorporadas e ou adquiridas pela Emissora;
- Dívida Financeira Líquida corresponde ao saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídas as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida e subtraídos (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como as aplicações financeiras que possuam liquidez diária em até 360 (trezentos e sessenta) dias; (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos *Floor Plan*); e
- Despesa Financeira Líquida corresponde aos encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Arrendamentos e compromissos

17.1 Arrendamentos financeiros a pagar

Referem-se aos contratos de arrendamento mercantil na modalidade de Finame *leasing* e arrendamento financeiro para a manutenção da atividade operacional da Companhia, com encargos anuais médios de 12% (Pós e Prefixados), principalmente devido a taxas pré-fixadas captadas em um cenário econômico onde as taxas de juros estavam mais elevadas. Estão assim compostos:

					Informações suplementares				
_	C	Controladora	Consolidado		Logística		Con	cessionárias	Locadora
-	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Banco Itaú	38.876	139.184	68.009	184.884	68.009	184.884	-	-	-
Banco HSBC	20.651	37.837	70.958	38.046	70.958	38.046	-	-	-
Banco Santander	26.720	45.685	60.365	96.512	60.365	96.512	-	-	-
Banco Bradesco	2.733	12.565	17.474	37.276	17.256	36.476	218	800	-
Banco Votorantim	3.757	-	13.665	-	13.665	-	-	-	-
Banco IBM	3.380	4.297	3.380	4.297	3.380	4.297	-	-	-
Outros bancos	2.829	57	6.153	131	4.096	57	22	74	2.035
Total	98.946	239.625	240.004	361.146	237.729	360.272	240	874	2.035
Parcela circulante	58.647	131.578	146.375	184.280	145.544	183.640	104	640	727
Parcela não circulante	40.299	108.047	93.629	176.866	92.185	176.632	136	234	1.308
Total	98.946	239.625	240.004	361.146	237.729	360.272	240	874	2.035

A parcela não circulante tem os seguintes vencimentos:

					31/12/2013	
		Co	ontroladora	Consolidado		
	Vencimento das parcelas	Valor Total	%	Valor Total	%	
Total passivo circulante	2014	58.647	59,3	146.375	61,0	
	2015	18.224	18,4	68.526	28,6	
	2016	11.562	11,7	14.590	6,1	
	2017	6.737	6,8	6.737	2,8	
	2018	3.220	3,3	3.220	1,3	
	2019	218	0,2	218	0,1	
	2020 em diante	338	0,3	338	0,1	
Total passivo não circulante		40.299	40,7	93.629	39,0	
Total		98.946	100,0	240.004	100,0	

As obrigações a pagar para compromissos dessa natureza são registradas a valor presente no momento inicial da transação, segundo a respectiva taxa de juros contratual, tendo como contrapartida a classe correspondente do ativo imobilizado. Os encargos financeiros correspondentes são reconhecidos como despesas financeiras, quando incorridos.

As operações após o IPO (Abertura de Capital) são garantidas pelos próprios bens objeto do arrendamento e as operações contratadas anteriormente também tem como garantia o aval de acionistas controladores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.2 Arrendamentos operacionais

Estes aluguéis referem-se, principalmente, a lojas para revenda de veículos e locais para atendimento das demais operações logísticas.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos operacionais em 31 de dezembro de 2013 são os seguintes:

					31/12/2013			
	Controladora Consolida							nsolidado
				Arrendad	or Ribeira I			
	Arrendador Ribeira Imóveis (i)	Outros Arrendadores	Total	JSL S.A.	CS Brasil	JSL Concessionárias	Outros Arrendadores	Total
Dentro de um ano	12.684	26.345	39.029	12.684	9.321	5.898	46.014	73.918
Após um ano, mas menos de cinco anos	41.402	98.573	139.975	41.402	19.270	8.072	140.344	209.088
Mais de cinco anos	1.594	27.894	29.488	1.594		12.033	45.254	58.880
	55.680	152.812	208.492	55.680	28.591	26.003	231.612	341.886

i) A Ribeira Imóveis é uma empresa interligada da Companhia através da Controladora Simpar S.A.

18 Veículos "Floor Plan"

Parte da estrutura operacional do negócio das concessionárias refere-se ao programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras e com a anuência das montadoras. Tais programas possuem em geral um período inicial isento de qualquer ônus, conforme demonstrado na tabela a seguir:

JSL S.A. Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Consolidado Concessionárias			
Instituição financeira	Encargos financeiros	Vencimento	31/12/2013	31/12/2012		
Em moeda nacional						
Banco Fidis S.A Fiat	0 a 35 dias - 0% CDI , 36 a 45 dias - 50% , Acima de 45 dias - 100% CDI	até 150 dias da emissão da NF	11.453	11.088		
Banco Ford S.A.	0 a 30 dias - 0%, 31 a 60 dias - 45% do CDI + 0,5% a.m., 61 a 90 dias - 75% do CDI + 0,5% a.m., Acima de 90 dias - CDI+ 0,5% a.m.	até 180 dias da emissão da NF	4.620	704		
Banco Volkswagen S.A. (Veículos Leves)	0 a 25 dias - 0%, Acima de 25 dias - CDI + 0,5% a.m.	até 180 dias da emissão da NF	36.763	40.059		
Banco Volkswagen S.A. (Veículos Pesados)	0 a 30 dias - 0%, acima de 51 dias - CDI + 0,5% a.m.	até 180 dias da emissão da NF	40.540	27.942		
			93.376	79.793		
	Passivo circulante		92.261	78.678		
	Passivo não circulante		1.115	1.115		
	Total		93.376	79.793		

19 Obrigações trabalhistas

					<u>Informações suplementares</u>				
	Controladora Consolidado		Logística		Cond	essionárias	Locadora		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Provisões sociais e encargos	46.640	40.290	75.279	68.749	67.495	60.441	6.366	8.308	1.418
Salários	18.311	19.431	32.293	28.114	26.192	25.313	5.526	2.801	575
INSS	23.585	23.037	31.440	30.888	27.880	28.970	2.986	1.918	574
FGTS	4.554	3.720	6.843	5.637	6.170	5.221	610	416	63
Outros	238	412	994	1.231	378	501	598	730	18
Total	93.328	86.890	146.849	134.619	128.115	120.446	16.086	14.173	2.648

20 Obrigações tributárias

					Informações suplementares				
_	C	ontroladora	C	Consolidado		Logística	Concessionárias		Locadora
Descrição	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
REFIS IV (i)	42.503	45.650	42.503	45.650	42.503	45.650	-	-	-
PIS, COFINS e ISS	13.462	14.563	18.190	22.880	17.377	21.747	659	1.133	154
ICMS	7.073	11.903	8.949	13.336	7.117	11.996	1.832	1.340	-
IRRF	5.472	5.363	6.956	6.930	6.185	6.358	765	572	6
Outras obrigações tributárias	476	614	1.321	1.628	928	1.091	391	537	2
PAES			1.862	3.902			1.862	3.902	
	68.986	78.093	79.781	94.326	74.110	86.842	5.509	7.484	162
Passivo circulante	28.810	34.427	39.166	48.604	33.878	43.085	5.126	5.519	162
Passivo não circulante	40.176	43.666	40.615	45.722	40.232	43.757	383	1.965	
Total	68.986	78.093	79.781	94.326	74.110	86.842	5.509	7.484	162

i) A Companhia e suas controladas, com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 06/09 "REFIS IV", formalizaram a opção pelo parcelamento de tributos em até 180 meses. Assim, realizou a migração para este de todos os débitos existentes nos parcelamentos anteriores (PAES e no PAEX), e incluiu outras obrigações decorrentes da desistência de processos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

tributários e previdenciários, administrativos e judiciais e de recálculos, no montante de R\$ 42.400 (controladora) e R\$ 92.211 (consolidado).

Composição por tributo:

			31/12/2013					
			Controladora	/ Consolidado				
	Principal	Multa	Juros	Total				
CSLL	4.197	2.100	2.676	8.973				
IRPJ	10.751	5.392	3.542	19.685				
IOF	2.536	1.327	958	4.821				
PIS	15	1	34	50				
COFINS	1.713	179	3.534	5.426				
IRRF	76	8	132	216				
INSS	1.416	83	1.833	3.332				
Total	20.704	9.090	12.709	42.503				

Os parcelamentos em curso contra a Companhia não possuem bens ou garantias arroladas e serão pagos conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2013
	Controladora /
Parcelamentos a pagar	Consolidado
Dentro de um ano	3.825
Após um ano, mas menos de cinco anos	19.126
Mais de cinco anos	19.551
	42.503

21 Contas a pagar e adiantamento de clientes

					Informações suplemen				lementares
	Co	ntroladora	C	onsolidado		Logística	Cond	essionárias	Locadora
Descrição	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Aquisições de empresas - Rodoviário Schio									
S.A.	75.744	71.744	75.744	71.744	75.744	71.744	-	-	-
Contas a pagar - Consórcios (i)	264	-	31.964	28.742	31.964	28.742	-	-	-
Adiantamento de clientes (ii)	26.549	13.994	90.487	55.318	42.867	26.432	45.590	28.886	2.030
Contas a pagar	31.660	28.486	33.244	35.346	27.457	27.878	19.216	7.468	3.690
Aquisições de empresas - Transportadora									
Grande ABC e Yolanda Logistica Ltda.	10.074	10.074	10.074	10.074	10.074	10.074	-	-	-
Vale transporte a repassar - Mogipasses	-	-	11.102	9.153	11.102	9.153	-	-	-
Fretes e carretos a pagar	7.490	4.790	7.490	4.790	7.490	4.790	-	-	-
Aluguéis a pagar	-	-	6.907	6.141	6.907	6.141	-	-	-
Valores a pagar contrato gestão de ativos			1.800	1.642	1.800	1.642			
	151.781	129.088	268.812	222.950	215.405	186.596	64.806	36.354	5.720
Passivo circulante	66.944	30.015	177.068	117.736	123.661	81.382	64.806	36.354	5.720
Passivo não circulante	84.837	99.073	91.744	105.214	91.744	105.214			
Total	151.781	129.088	268.812	222.950	215.405	186.596	64.806	36.354	5.720

- i) Saldo correspondente a valores mantidos pelo CMT (Consórcio Metropolitano de Transportes Transporte Urbano de Passageiros) para o exercício de sua atividade operacional do qual a Companhia possui participação de 4,36%; e
- ii) Referem-se aos valores recebidos antecipadamente a título de venda de veículos e renovação de frota, comissões e vendas de passagens para o transporte coletivo de passageiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Transações com partes relacionadas

22.1. Transações entre partes relacionadas reconhecidos no ativo e no passivo

No quadro abaixo estão os saldos que a controladora mantém em aberto com suas controladas e interligadas na rubrica de partes relacionadas:

						Controladora
Ativo	Partes	relacionadas				
	31/12/2013	31/12/2012	Relacionamento	Especificação	Vigência	Limite
Sociedades coligadas e con	troladas					
JSL Concessionárias	6.383	5.904	Coligada	Mútuo	25/10/2014	40.000
Central Cate	=	5	Interligada	Mútuo	01/07/2014	600
Consórcio Unileste	33	31	Coligada	Mútuo	31/12/2014	40
Yolanda	-	2.010	Controlada	Mútuo	31/12/2014	10.000
	6.416	7.950				

Os valores correspondentes aos contratos de mútuos ativos com partes relacionadas estão sujeitos a encargos contratuais de 104 pontos percentuais do CDI, sendo este reconhecido no resultado financeiro de sua controladora e controladas.

JSL S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No quadro abaixo estão os saldos que a controladora mantém em aberto com suas controladas em outros ativos e passivos financeiros:

						Controladora
Ativo	Out	ros créditos (i)		Clientes		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	Relacionamento	Especificação
Sociedades controladas						
Yolanda	6.229	3.616	-	21	Controlada	Aluguéis / CSC / JCP
JP Tecnolimp		517		-	Controlada	Dividendos
JSL Locações	-	=	13	6	Controlada	Locação Operacional
JSL Concessionárias	18.235	-	8.424	-	Controlada	Locação Operacional / Venda de Ativos / Reembolso de Despesas
CS Brasil	10.039	-	330	7	Controlada	Locação Operacional
	34.503	4.133	8.768	34		
Passivo	Ctas. a pagar e a	diantamentos		Fornecedores		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	Relacionamento	Especificação
Sociedade controladas						
JSL Locações	10.728	-	-	10	Controlada	Locação Operacional
JSL Concessionárias	7.056	-	122	-	Controlada	Locação Operacional / Reembolso de Despesas
Yolanda	-	-	-	77	Controlada	Locação Operacional
CS Brasil	<u> </u>	3.673	<u>-</u>	<u>-</u>	Controlada	Conta Corrente
	17.784	3.673	122	87		

i) Na rubrica de "Outros créditos", o valor com a CS Brasil refere-se ao adiantamento feito pela Controlada para os aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos.

JSL S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No quadro abaixo, na rubrica "Partes relacionadas" constam os saldos em abertos com as empresas interligadas e coligadas:

						Consolidado
Ativo	Parte	s relacionadas				
<u> </u>	31/12/2013	31/12/2012	Relacionamento	Especificação	Vigência	Limite
Sociedade Coligadas e Controladas						
Central Cate	-	5	Interligada	Mútuo	01/07/2014	100
Consórcio Unileste	84	81	Coligada	Mútuo	31/12/2014	2.000
Ribeira Imóveis	181	88	Interligada	Locação operacional	-	-
Simpar S.A	88	-	Controladora	Mútuo	31/12/2014	100
<u> </u>	352	174				
Passivo	Parte	s relacionadas				
<u> </u>	31/12/2013	31/12/2012	Relacionamento	Especificação	Vigência	Limite
Sociedade Coligadas e Controladas						
Consórcio Unileste	18	68	Coligada	Mútuo	31/12/2014	2.000
Simpar S/A.	108	57	Controladora	Mútuo	31/12/2014	100
Consórcio 123	194	498	Coligada	Mútuo	31/12/2014	2.000
Consórcio Metropolitano de Transporte	498	72	Coligada	Mútuo	31/12/2014	2.000
_	818	695				

JSL S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No quadro abaixo, nas rubricas de Outros Créditos, Clientes, fornecedores, Contas a Pagar e Adiantamentos estão os saldos das transações entre as Companhias que no consolidado são eliminados:

						Consolidado
Ativo		Outros créditos		Clientes		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	Relacionamento	Especificação
Socidade Controladora						
JSL S.A.	34.503	-	9.196	-	-	Loc. Operac. / Venda de Ativos / Reembolso de Desp.
Sociedade Coligadas e Controladas						
Central de assist. tecnica de equip. cate	e - Itda	-		-		
JSL Concessionárias	2.168	1.028	921	132	Controlada	Loc. Operacional / CSC / Reembolso de Despesas
Movida	-	-	203	-	Controlada	Locação Operacional / Reembolso de Despesas
Yolanda	-	-	2	77	Controlada	Locação Operacional / Reembolso de Despesas
Consórcio Unileste	-	-	-	10	Controlada	Consolidação Proporcional
JSL Locações	16.094	-	9	-	Controlada	Locação Operacional / Reembolso de Despesas
CS Brasil	76	3.788	-	-	Controlada	Locação Operacional / Reembolso de Despesas
	52.841	4.816	10.330	219		
Deseive	Ctoo o nomen o			Farma and area		
Passivo	Ctas. a pagar e a		04/40/0040	Fornecedores	Dala siama manda	F
Passivo	Ctas. a pagar e a	31/12/2012	31/12/2013	Fornecedores 31/12/2012	Relacionamento	Especificação
Passivo Socidade Controladora			31/12/2013		Relacionamento	Especificação
			31/12/2013		Relacionamento	Especificação Locação Oper. / Reembolso de Despesas
Socidade Controladora	31/12/2013 17.785				Relacionamento -	
Socidade Controladora JSL S.A.	31/12/2013 17.785				Relacionamento - Controlada	
Socidade Controladora JSL S.A. Sociedade Coligadas e Controladas	31/12/2013 17.785	31/12/2012	124	31/12/2012		Locação Oper. / Reembolso de Despesas
Socidade Controladora JSL S.A. Sociedade Coligadas e Controladas Yolanda	31/12/2013 17.785	31/12/2012	124	31/12/2012	- Controlada	Locação Oper. / Reembolso de Despesas Locação Operacional / Reembolso de desp.
Socidade Controladora JSL S.A. Sociedade Coligadas e Controladas Yolanda Consórcio Unileste	31/12/2013 17.785 6.004	31/12/2012 - 3.616 115	124 300	31/12/2012	- Controlada Interlligada	Locação Oper. / Reembolso de Despesas Locação Operacional / Reembolso de desp. Reembolso de Despesas / Consolidação Proporcional
Socidade Controladora JSL S.A. Sociedade Coligadas e Controladas Yolanda Consórcio Unileste CS Brasil	31/12/2013 17.785 6.004 - 15.481	31/12/2012 - 3.616 115	124 300	31/12/2012 - - 31 -	Controlada Interlligada Controlada	Locação Oper. / Reembolso de Despesas Locação Operacional / Reembolso de desp. Reembolso de Despesas / Consolidação Proporcional Loc. Oper. / Compra de Ativos / Reembolso de desp. Locação Operacional / Reembolso de Despesas
Socidade Controladora JSL S.A. Sociedade Coligadas e Controladas Yolanda Consórcio Unileste CS Brasil JP Tecnolimp	31/12/2013 17.785 6.004 - 15.481	31/12/2012 - 3.616 115 - 517	124 300 - 330	31/12/2012 - - 31 -	Controlada Interlligada Controlada Controlada	Locação Oper. / Reembolso de Despesas Locação Operacional / Reembolso de desp. Reembolso de Despesas / Consolidação Proporcional Loc. Oper. / Compra de Ativos / Reembolso de desp.
Socidade Controladora JSL S.A. Sociedade Coligadas e Controladas Yolanda Consórcio Unileste CS Brasil JP Tecnolimp Movida	31/12/2013 17.785 6.004 - 15.481 -	31/12/2012 - 3.616 115 - 517	124 300 - 330 - 556	31/12/2012 - - 31 - - - 28	Controlada Interlligada Controlada Controlada Controlada	Locação Oper. / Reembolso de Despesas Locação Operacional / Reembolso de desp. Reembolso de Despesas / Consolidação Proporcional Loc. Oper. / Compra de Ativos / Reembolso de desp. Locação Operacional / Reembolso de Despesas Locação Operacional / Reembolso de Despesas
Socidade Controladora JSL S.A. Sociedade Coligadas e Controladas Yolanda Consórcio Unileste CS Brasil JP Tecnolimp Movida JSL Concessionárias	31/12/2013 17.785 6.004 - 15.481 -	31/12/2012 - 3.616 115 - 517	124 300 - 330 - 556	31/12/2012 - - 31 - - - 28	Controlada Interlligada Controlada Controlada Controlada Controlada	Locação Oper. / Reembolso de Despesas Locação Operacional / Reembolso de desp. Reembolso de Despesas / Consolidação Proporcional Loc. Oper. / Compra de Ativos / Reembolso de desp. Locação Operacional / Reembolso de Despesas Locação Operacional / Reembolso de Despesas Compra de Ativos / Reembolso de Despesas

JSL S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.2. Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

	Receita de p	restação de								
	serviços	e venda de	Custo da p	restação de					Outi	as Receitas
Resultado		ativos	serviços e ativ	os vendidos	Receita	financeiras	Despesas	financeiras	(Despesas) O	peracionais
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Socidade Controladora										
JSL S.A.	184.559	129.470	142.038	36.762	2.299	2.395	230	275	2.400	2.000
Sociedade Coligadas e Controlada	s									
CS Brasil	5.694	1.896	111.879	96.850	380	4	1	-	-	-
JSL Locações	70.222	32.271	7.296	2	-	-		478	-	-
JSL Concessionárias	9.378	2.308	9.905	34.169	2.652	-	4.913	1.895	-	-
JP Tecnolimp	-	-	-	29	-	270		-	-	-
Yolanda	86	287	2.530	2.021	-	-	187	21	-	-
Mogi Passes	792	1.171	-	-	-	-	-	-	-	-
Consórcio 123	-	430	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida	1.336	-	353	-	-	-	-	-	-	-
Apta	-	-	466	-	-	_	_	-	_	-
•	272.067	167.833	274.467	169.833	5.331	2.669	5.331	2.669	2.400	2.000

As transações com partes relacionadas têm bases semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.3. Transações ou relacionamentos com acionistas referente arrendamento de imóveis

A Companhia mantém contratos de locação de imóveis operacionais e administrativos, os quais são de propriedade da Ribeira Imóveis Ltda, uma sociedade coligada. O valor do aluguel reconhecido no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 21.396 (R\$ 21.272 em 31 de dezembro de 2012), em linha com os valores de mercado. Os contratos têm os vencimentos até 2020.

22.4. Centro de serviços compartilhados

A Companhia, com o objetivo de melhor distribuir os gastos comuns entre as empresas usuárias de serviços corporativos, efetuou um estudo sobre os gastos entre as empresas que compartilham a mesma estrutura e *backoffice*. Com base nesse estudo, os gastos foram rateados entre essas empresas, tendo sido reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2013, o montante relativo à recuperação de despesas, reduzindo o saldo na Controladora, foi de R\$ 11.501 (R\$ 13.101 em 31 de dezembro de 2012).

22.5. Remuneração de administradores

A remuneração com encargos paga aos administradores e diretores no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 12.798 (R\$ 10.835 em 31 de dezembro de 2012), ambas enquadradas na categoria de "Benefícios de curto prazo a empregados e administradores".

O limite aprovado pela Assembléia de Acionistas para remuneração em 2013 foi de R\$ 17.000 mais encargos.

23 Provisões para demandas judiciais e administrativas

A Companhia no curso normal de seus negócios, apresentam o seguinte volume de processos cíveis, tributários e trabalhistas, tendo como suporte a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas nos seguintes montantes:

							inio	rmações sup	iementares
	(Controladora		Consolidado		Logística	Cond	essionárias	Locadora
Descrição	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Trabalhistas (i)	29.332	27.367	36.714	30.600	34.827	29.474	1.570	1.126	317
Cíveis (ii)	10.851	9.380	11.516	10.501	10.853	9.383	634	1.118	29
Tributárias (iii)	9.522	11.362	9.522	11.362	9.522	11.362			
Total	49.705	48.109	57.752	52.463	55.202	50.219	2.204	2.244	346

i) Processos trabalhistas, pleiteando horas extras, hora "in itinere", adicional de periculosidade, insalubridade e ações relacionadas a acidentes do trabalho;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ii) Provisão para riscos relacionados a processos cíveis decorrentes de pleitos de indenização por acidente de trânsito, cujos pedidos correspondem à reparação de danos morais, estéticos e materiais;
 e
- iii) A Companhia e suas controladas têm 208 processos em andamento de natureza tributária nas esferas judicial e administrativa com probabilidade de perda possível e remota, que representam demandas passivas como risco líquido no montante estimado de R\$ 123.070 (sendo R\$ 28.930 como perspectiva de perda possível e R\$ 94.140 como perspectiva de perda remota). Os processos de probabilidade prováveis estão demonstrados no quadro acima.

Dentre os principais processos tributários com probabilidade de perda possível destaca-se:

a) processo administrativo nº 10803.720334/2013-34: Trata-se de quatro autos de infração, no valor total de R\$ 71.197, compostos da seguinte forma: (i) Crédito de Imposto de Renda Pessoa Jurídica -IRPJ, no valor total de R\$ 52.400 (principal mais multa); (ii) Crédito de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no valor de R\$ 16.637; (iii) Crédito para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no valor de R\$ 1.775; e (iv) Crédito de Contribuição para o PIS/PASEP, no valor de R\$ 385. Em síntese, as autuações decorrem (i) da glosa de despesas da Companhia durante o anocalendário de 2007 relativas à locação de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à empresa Transcel Transportes e Armazéns Gerais Ltda. (doravante designada "Transcel"), que pertencia ao grupo e que foi posteriormente incorporada pela Companhia; (ii) da suposta apuração de ganho de capital por conta de cisão parcial realizada pela Companhia que resultou na constituição da empresa Julio Simões Ambiental S.A., em agosto de 2008, em virtude de as autoridades fiscais terem desconsiderado a reserva de reavaliação realizada sobre o imóvel que foi vertido à nova sociedade, em virtude da apuração de que a reserva de reavaliação fora constituída em 2008. Relativamente à glosa de despesas, podemos, nesse momento, afirmar que prognóstico de perda do processo é remoto, considerando todas as matérias de defesa que foram apresentadas na impugnação, sobretudo a decadência do direito de lançamento. Já em relação à apuração do suposto ganho de capital, nosso prognóstico de perda, nesse momento, é possível, apesar dos relevantes fundamentos apresentados na impugnação administrativa apresentada pela Companhia.

Para os demais processos cíveis e trabalhistas em andamento, que na opinião da Administração e de seus assessores legais possuem expectativa de perda classificada como possível, nenhuma provisão foi constituída. Os montantes envolvidos nesses processos, em 31 de dezembro de 2013, são: cíveis - R\$ 87.918 e trabalhistas – R\$ 59.116. (O montante em 31 de dezembro de 2012 de processos possíveis são: cíveis - R\$ 45.774 e trabalhistas – R\$ 54.638).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.1. Movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	48.109	52.463
Adições	23.823	29.688
Baixas	(22.227)	(24.745)
Adições resultantes de combinação de negócio	c <u> </u>	346
Saldo em 31 de dezembro de 2013	49.705	57.752

24 Patrimônio líquido

24.1. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 676.614 (R\$ 676.614 em 31 de dezembro de 2012), dividido em 216.799.134 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (216.799.134 em dezembro de 2012), reduzidos dos custos de transação incorridos na abertura de capital ("*IPO*") e dos efeitos fiscais, totalizando em 31 de dezembro de 2013 R\$ 660.495 (R\$ 660.495 em 31 de dezembro de 2012). Os custos de transação líquidos dos efeitos fiscais incorridos estão demonstrados na Nota Explicativa 24.2 onde demonstra a evolução do capital da Companhia.

O capital social da Companhia será representado, exclusivamente, por ações ordinárias nominativas. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. A Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 2.000.000 (dezembro/2012 - R\$ 2.000), excluídas as ações já emitidas, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização e ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda através de permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

24.2. Evolução do capital

A Companhia realizou, em abril de 2010, nos termos do disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e no

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBID"), a distribuição pública primária de 55.813.954 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames emitidas pela Companhia ("Ações Ordinárias") com a exclusão do direito de preferência dos demais acionistas da Companhia, dentro do limite do capital autorizado realizado no Brasil e com esforços de colocação no exterior ("Oferta").

A Oferta compreendeu a distribuição pública primária em mercado de balcão não organizado.

A quantidade total de Ações Ordinárias objeto da Oferta foi acrescida de um lote suplementar de 3.923.900 Ações Ordinárias emitidas pela Companhia, equivalentes a 7,03% das Ações Ordinárias inicialmente ofertadas na Oferta.

Com a aprovação do processo de incorporação da JSL Concessionárias (anteriormente denominada Simpar Concessionárias S.A.), o capital social da Companhia foi aumentado no montante de R\$ 50.862, mediante a emissão de 15.469.534 ações ordinárias, que está refletindo no cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação no próximo exercício conforme Nota Explicativa 36.

Demonstração da evolução do capital:

	Quantidade de ações	Valor do capital social
Saldo em 01 de janeiro de 2009	196.133.779	196.134
Redução de capital conforme AGE de 30 de setembro de 2009	(56.981.977)	(56.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	139.151.802	139.152
Aumento de capital conforme RCA de 19 de abril de 2010 (i) Aumento de capital conforme RCA de 20 de maio de 2010 (i) Custos de transação, liquidos - IPO	55.813.954 3.923.900	446.511 31.392 (15.834)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	198.889.656	601.221
Custos de transação, liquidos - IPO - 1º Trimestre de 2011 Aumento de capital conforme AGE de 29 de dezembro de 2011	- 2.439.944	(285) 8.697
Saldo em 31 de dezembro de 2011	201.329.600	609.633
Aumento de capital por aquisição da JSL Concessionárias	15.469.534	50.862
Saldo em 31 de dezembro de 2012	216.799.134	660.495
Saldo em 31 de dezembro de 2013	216.799.134	660.495

RCA – Reunião do Conselho da Administração

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.3. Ações em tesouraria

Em ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2010, a Companhia deliberou sobre a aquisição de 2.000.000 ações e em 1º de novembro de 2013 deliberou sobre a aquisição de 4.172.793 ações. Estas ações estão classificadas como ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de sua própria emissão, sem redução do capital social ("Recompra de Ações"). Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou a operação de compra de 2.311.800 ações ordinárias no valor de R\$ 27.407, restando um saldo de 3.860.993 ações a serem adquiridas.

Além do disposto acima, um acionista exerceu o direito de recesso em razão da aquisição da Rodoviário Schio S.A. no montante de R\$ 506, relativo à 123.900 ações, aderentes ao recesso, que representou 0,06% do total de ações da Companhia.

Abaixo demonstramos a movimentação das ações em tesouraria ocorrida:

	Ações em tesouraria	Valor
Deliberação de recompra de ações conforme RCA em 16 de dezembro de 2010 a. Recompra de ações no exercício de 2011	(2.000.000) 1.944.500	21.580
Saldo de ações para recompra em 31 de dezembro de 2011	(55.500)	
b. Recompra de ações no exercício de 2012	-	
Saldo de ações para recompra em 31 de dezembro de 2012	(55.500)	
Deliberação de recompra de ações conforme RCA em 01 de novembro de 2013 b. Recompra de ações no período de 2013	(4.172.793) 367.300	5.827
Saldo de ações para recompra em 31 de dezembro de 2013	(3.860.993)	
c. Direito de recesso exercido	123.900	506
Saldo de ações em tesouraria (a + b + c)	2.435.700	27.913

24.4. Reserva de capital

Conforme mencionado na Nota Explicativa 27, a Companhia possui plano de opção de compra de ações, com subscrições de ações determinadas a administradores e empregados que trabalham na Companhia.

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração baseadas em ações	27	3.158	1.106
	·	3.158	1.106

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.5. Destinação dos resultados

Em conformidade com o Estatuto Social, os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e
- ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital ou à constituição de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos".

O montante a ser efetivamente distribuído é aprovado na Assembléia Geral Ordinária (AGO) que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da nossa AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O nosso Estatuto Social permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório.

Demonstração do cálculo dos dividendos:

		Controladora
	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício da controladora	93.585	77.713
Constituição da reserva legal	(4.679)	(3.886)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	88.906	73.827
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	22.229	18.458
Forma de pagamento:		
Juros sobre o capital próprio pagos, líquidos de IR	19.086	14.769
Dividendos	3.143	3.689
	22.229	18.458
Quantidade de ações	214.363.434	214.730.734
Dividendos por ação (em Reais)	0,1036977	0,0859588

Sobre o valor dos juros sobre capital próprio há incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Provisão para o imposto de renda e a contribuição social

Diferidos

Os ativos e os passivos tributários diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro. São calculados e classificados seguindo as projeções de realização e rentabilidade futura da Companhia e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2013, o montante total de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social era de R\$ 59.532 na controladora e R\$ 139.097 consolidado.

A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos está a seguir apresentada:

25.1 Créditos e débitos fiscais

						Info	rmações sup	lementares
	C	ontroladora		onsolidado		Logística	Cond	essionárias
Descrição	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo fiscal e base negativa de								
contribuição social	(20.241)	(24.033)	(47.293)	(52.211)	(34.414)	(38.516)	(12.879)	(13.607)
Provisão para demandas judiciais e								
administrativas	(15.939)	(15.397)	(19.430)	(17.804)	(17.717)	(16.077)	(1.713)	(1.727)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.462)	(3.474)	(7.520)	(4.657)	(6.295)	(3.407)	(1.225)	(1.250)
Constituição AVP's	(2.888)	(1.127)	(2.620)	(2.665)	(2.620)	(2.665)	-	-
Provisão temporariamente indedutível	(8.304)	(8.304)	(8.980)	(8.304)	(8.304)	(8.304)	(676)	-
Receita diferida de órgãos públicos	(1.094)	(990)	(1.094)	(990)	(1.094)	(990)	_	-
Provisão para perdas nos investimentos	(7.490)	(7.490)	(7.490)	(7.490)	(7.490)	(7.490)	-	-
Provisão para ajuste a valor de mercado e								
obsolescência	-	-	(945)	(519)	-	-	(945)	(519)
Outras provisões	-	-	(1.211)	(1.147)	(60)	-	(1.151)	(1.475)
Depreciação econômica vs. fiscal	149.509	125.425	155.472	129.264	155.472	129.264	-	-
Imobilização leasing financeiro	69.062	87.117	107.218	109.341	107.218	109.341	-	-
Diferido órgãos públicos	-	-	12.268	16.347	12.268	16.347	-	-
Avaliação patrimonial	4.587	5.562	4.686	5.562	4.587	5.562	99	99
Constituição de IR/CS sobre realização fiscal								
do Ágio	15.881	9.004	17.843	10.966	15.881	9.004	1.962	1.962
Total débitos fiscais, líquidos	178.699	166.293	201.982	175.693	218.510	192.069	(16.528)	(16.517)
Créditos fiscais		-	17.818	24.236	1.290	7.860	16.528	16.517
Débitos fiscais	178.699	166.293	219.800	199.929	219.800	199.929	-	-

Prazo estimado de realização

A Administração prevê que os créditos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das contingências, perdas e das obrigações projetadas.

Com relação aos créditos fiscais diferidos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração estima que deverão ser realizados nos próximos 45 meses.

Os débitos fiscais são constituídos substancialmente por diferenças temporárias aplicados a 34%.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.2 Conciliação das provisões do imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

							Info	ormações sur	olementares
		Controladora		Consolidado		Logística	Con	cessionárias	Locadora
Descrição	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquotas nominais	114.619 34%	111.871 34%	136.828 34%	116.961 34%	129.164 34%	118.469 34%	7.681 34%	(1. 508) 34%	(17) 34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (Adições) exclusões permanentes Equivalência Patrimonial Incentivos Fiscais - PAT Juros Remuneração de Capital - JCP - Pagos Juros Remuneração de Capital - JCP - Recebidos Despesas indedutíveis	(38.970) 18.450 194 7.440 (5.109) (3.090)	(38.036) 12.243 - 5.795 (8.591) (5.146)	(46.522) 13 399 12.472 (5.109) (4.064)	(39.766) - 344 5.795 - (7.356)	(43.916) 13 313 12.472 (5.109) (3.621)	(40.279) - 344 5.795 - (6.274)	(2.612) - 86 - - (443)	513 - - - - - (1.082)	- - - -
Outras (adições) exclusões	51	(423)	(447)	1.757	(144)	2.541	(297)	(784)	(6)
IRPJ e CSLL apurados	(21.034)	(34.158)	(43.258)	(39.226)	(39.992)	(37.873)	(3.266)	(1.353)	-
Corrente Diferido	(8.628) (12.406)	(6.878) (27.280)	(16.828) (26.430)	(19.760) (19.466)	(13.551) (26.441)	(19.326) (18.547)	(3.277)	(434) (919)	-
IRPJ e CSLL no resultado	(21.034)	(34.158)	(43.258)	(39.226)	(39.992)	(37.873)	(3.266)	(1.353)	
Alíquota efetiva	-18,4%	-30,5%	-31,6%	-33,5%	-31,0%	-32,0%	-42,5%	89,7%	0,0%

25.3 Regime tributário de transição (RTT)

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantém seguros, cuja cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

Transporte de cargas – veículos

Parte significativa da Responsabilidade civil contra terceiros

Abrange danos materiais, corporais, morais e acidentes pessoais para todas as operações realizadas pela Companhia e suas controladas:

	Descrição	R\$
Vigência	12/2013 a 11/2014	
Coberturas	Danos materiais	93.911
	Danos corporais	2.930
	Danos morais	600

operação de transporte de veículos está segurada diretamente pelos contratantes. Para os demais casos são contratados seguros que possuem cobertura que variam de acordo com o valor dos veículos transportados.

Transporte de cargas – produtos

Seguros contratados contra possíveis danos ou perdas que podem ocorrer em seu transporte, os quais possuem cobertura que variam de acordo com o valor da carga transportada:

	Descrição	R\$	Detalhes
Vigência	07/2013 a 07/2014		
			Limite máximo por
Coberturas	Responsabilidade civil	5.500	veiculo
	Desvio de carga	1.200	por embarque

Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

Seguros contratados contra possíveis danos ou perdas que podem ocorrer em armazenamento, os quais possuem cobertura conforme tabela abaixo:

JSL S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Descrição_	R\$
Vigência	12/2013 a 12/2014	
Coberturas	Incêndio, queda de raio e explosão	59.850
	Carga e Descarga	350
	Equipamentos	1.070
	Lucro Cessante Dec. Básico	600
	Danos elétricos	1.000
	Roubo / furto qualificado	550
	RC Operações	1.520
	Outros	60

As mercadorias de terceiros, armazenadas nos depósitos da Companhia, decorrentes da sua atividade de logística e armazenagem, perfazem o montante de R\$ 102.565 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 96.249 em 31 de dezembro de 2012), dos quais R\$ 42.608 são de responsabilidade do terceiro em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 37.657 em 31 de dezembro de 2012).

Frota

A Companhia contrata seguro para frota conforme exigência contratual, entretanto na sua maior parte faz o auto-seguro da sua frota, tendo em vista seu elevado custo e o baixo histórico de sinistros.

27 Planos de remuneração baseados em ações

Os principais eventos relacionados ao plano são:

Em 8 de fevereiro de 2010, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou o Plano de Outorga de Opções de Ações. Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga, assim como a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções.

Em 30 de novembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou os beneficiários do Plano de Outorga de Opções e Ações, bem como o número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício total ou parcial, totalizando em 570.429 opções, de acordo com os prazos de carência e demais condições previstas no Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrado com cada beneficiário.

Em 30 de agosto de 2012, o Conselho de Administração aprovou a criação do "Plano II" (*Programa de Outorga 01/12*) de Outorga de Opções e Ações e os Beneficiários do Programa, na qual, totalizou em 693.630 opções, com as mesmas características no contexto do "Plano I".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 9 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a criação do "Plano III" (*Programa de Outorga 05/13*) de Outorga de Opções e Ações e os Beneficiários do Programa, na qual, totalizou em 674.235 opções, com as mesmas características no contexto do "Plano I".

As opções outorgadas do plano I, plano II e plano III vigentes poderão ser exercidas, desde que observadas as premissas indicadas nas tabelas abaixo:

Percentual do Total das

Plano I

Tranche	Data de Outorga	Prazo de Carência	Prazo de Exercício	Opções Outorgadas Passível de Exercício
1	30/11/2011	01/12/2011 a 01/03/2013	02/03/2013 a 02/05/2015	Até 25%
2	30/11/2011	01/12/2011 a 01/03/2014	02/03/2014 a 02/05/2015	Até 50%
3	30/11/2011	01/12/2011 a 01/03/2015	02/03/2015 a 02/05/2015	Até 100%

O preço de exercício da opção foi fixado em R\$ 8,00 (oito reais) para cada opção, calculado com base na média da cotação das Ações na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores ao ano da data de concessão. O preço de exercício será pago a Companhia em dinheiro, à vista, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o registro das respectivas ações em nome do beneficiário.

Plano II

Tranche	Data de Outorga	Prazo de Carência	Prazo de Exercício	Percentual do Total das Opções Outorgadas Passível de Exercício
1	31/08/2012	31/08/2012 a 31/03/2015	02/04/2015 a 01/06/2017	Até 25%
2	31/08/2012	31/08/2012 a 31/03/2016	02/04/2016 a 01/06/2017	Até 50%
3	31/08/2012	31/08/2012 a 31/03/2017	02/04/2017 a 01/06/2017	Até 100%

O preço de exercício das opções foi fixado em: i) 659.472 opções com preço de exercício de R\$ 8,41 (oito reais e quarenta e um centavos) cada ("preço de exercício do 1º Lote"), calculado com base na média da cotação das Ações na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores ao ano da data de concessão; ii) 34.158 opções com o preço de exercício de R\$ 11,71 (onze reais e setenta e um centavos) cada ("preço de exercício do 2º Lote"), calculado e apurado com base no último balanço aprovado pela Companhia, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento à Companhia do preço de exercício pelo Beneficiário.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Plano III

Tranche	Data de Outorga	Prazo de Carência	Prazo de Exercício	Opções Outorgadas Passível de Exercício
1	09/05/2013	09/05/2013 a 01/04/2016	02/04/2016 a 02/06/2018	Até 25%
2	09/05/2013	09/05/2013 a 01/04/2017	02/04/2017 a 02/06/2018	Até 50%
3	09/05/2013	09/05/2013 a 01/04/2018	02/04/2018 a 02/06/2018	Até 100%

Percentual do Total das

O preço de exercício da opção foi fixado em R\$ 12,89 (doze reais e oitenta e nove centavos) para cada opção, calculado com base na média da cotação das Ações na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores ao ano da data de concessão. O preço de exercício será pago a Companhia em dinheiro, à vista, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o registro das respectivas ações em nome do beneficiário.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

O saldo acumulado na conta de reserva de capital "remuneração baseadas em ações" no patrimônio líquido possui saldo de R\$ 3.158.

A despesa reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 2.052, sendo que, a partir de 1º de março de 2013 tornou-se exercível 25% referente o plano I do direito de valorização de ações equivalente a 138.478 ações, tivemos realização de 37.027 ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Movimentação durante o exercício

A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o período:

	Quantidade de ações				
	Outorgadas	Canceladas (i)	Realizadas (ii)	Opções de ações em circulação	Preço médio do exercício (R\$)
Outorgas concedidas em 30/11/2011	570.429	(84.017)	(37.027)	449.385	8,00
Outorgas concedidas em 31/08/2012 (Lote - I)	659.472	(94.530)	- 1	564.942	8,41
Outorgas concedidas em 31/08/2012 (Lote - II)	34.158	-	-	34.158	11,71
Outorgas concedidas em 09/05/2013	674.235			674.235	12,89
Posição em 31 de dezembro de 2013	1.938.294	(178.547)	(37.027)	1.722.720	

i) As opções canceladas referem-se a ações outorgadas a colaboradores desligados da Companhia. Conforme previsto no "Programa de outorga de opções de compra de ações" - plano I e II, as opções ainda não exercíveis na data de seu desligamento restarão automaticamente extintas de Pleno Direito.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii) As opções realizadas referem-se a ações liberadas do Plano I tranche 1.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano de opção I e II para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Plano I

		2013	
	Tranche 1	Tranche 2	Tranche 3
Volatilidade esperada (%)	36,80	36,80	36,80
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,56	10,88	11,14
Prazo de vida esperado das opções (anos)	1,25	2,25	3,25
Média ponderada do preço das ações (R\$)	2,08	2,87	3,53
Modelo utilizado	Binomial	Binomial	Binomial

Plano II

		2013	
	Tranche 1	Tranche 2	Tranche 3
Volatilidade esperada (%)	36,50	36,50	36,50
Taxa de retorno livre de risco (%)	8,14	8,61	8,91
Prazo de vida esperado das opções (anos)	2,59	3,59	4,59
Média ponderada do preço das ações (R\$)	4,70	5,37	5,94
Modelo utilizado	Binomial	Binomial	Binomial

Plano III

		2013	
	Tranche 1	Tranche 2	Tranche 3
Volatilidade esperada (%)	28,60	28,60	28,60
Taxa de retorno livre de risco (%)	9,51	9,79	9,97
Prazo de vida esperado das opções (anos)	2,90	3,90	4,90
Média ponderada do preço das ações (R\$)	6,70	7,66	8,50
Modelo utilizado	Binomial	Binomial	Binomial

A vida esperada das opções é baseada em dados históricos e não indica necessariamente padrões de exercício que possam ocorrer. O fato da Companhia considerar que poderá ocorrer o exercício antecipado das opções, constitui uma premissa de julgamento da Administração. A volatilidade esperada reflete a presunção de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, que podem não corresponder ao cenário real.

28 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas restringem-se a caixas e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, derivativos, contas a receber, empréstimos e financiamentos para capital de giro e investimentos, créditos e débitos com partes relacionas e outros créditos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e débitos, negociados em condições normais de mercado e reconhecidos nas demonstrações financeiras. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Instrumentos financeiros por categoria

			31/12/2013			31/12/2012
Ativos, conforme balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa Títulos e valores mobiliários	345.980	- 418.238	345.980 418.238	322.503	- 84.497	322.503 84.497
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.993	4.993	-	04.497	04.497
Contas a receber de clientes e outros créditos	864.311	-	864.311	781.134	-	781.134
	1.210.291	423.231	1.633.522	1.103.637	84.497	1.188.134
Passivo, conforme balanço patrimonial	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Empréstimos e financiamentos / Debêntures Obrigações de arrendamento financeiro Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores, contas a pagar e adiantamentos	68.855 - 3.232	3.177.611 240.004 - 701.422	3.246.466 240.004 3.232 701.422		2.269.420 361.146 - 407.800	2.269.420 361.146 - 407.800
. •	72.087	4.119.037	4.191.124		3.038.366	3.038.366

Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, está demonstrada a seguir:

	Val	or contábil	Valor justo		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	345.980	322.503	345.980	322.503	
Títulos e valores mobiliários	418.238	84.497	418.238	84.497	
Instrumentos financeiros derivativos	4.993	-	4.993	-	
Contas a receber	693.214	651.730	695.309	657.861	
Outros créditos	171.097	129.404	171.097	129.404	
Total	1.633.522	1.188.134	1.635.617	1.194.265	
Passivos Financeiros					
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos					
financeiros a pagar	2.726.406	2.068.472	2.626.086	2.187.151	
Debêntures	760.064	562.094	760.137	575.861	
Instrumentos financeiros derivativos	3.232	-	3.232	-	
Fornecedores	432.610	184.850	432.610	184.850	
Contas a pagar e adiantamento de clientes	268.812	213.396	268.812	213.396	
Total	4.191.124	3.028.812	4.090.877	3.161.258	

O valor justo utilizado para registro das aplicações financeiras foi apurado com preços cotados em mercados ativos para operações similares, enquadrando-se no nível 2 da hierarquia de valor justo.

O valor justo da dívida foi calculado a partir do preço atual de cada instrumento de dívida da companhia, de tal forma que sua reposição permita à companhia as mesmas características de fluxos de caixas e prazos remanescentes da operação original.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil (Brasil)

Vértice	Taxa (a.a.) - %
1M	9,97%
6M	10,28%
1A	10,57%
2A	11,60%
3A	12,26%
5A	12,80%
10A	13,22%

Fonte: BM&F

Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Para as políticas abaixo não houve alterações relevantes em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 3 da demonstração financeira anual de 31 de dezembro de 2012. A seguir, apresentamos uma atualização da tabela de passivos financeiros por faixas de vencimentos, dos índices de alavancagem financeira e análise de sensibilidade, considerados relevantes pela Administração para o acompanhamento trimestral.

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar a clientes e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um Comitê Financeiro e de Suprimentos que presta assessoria em riscos financeiros em estrutura de governança apropriada para a Companhia. O Comitê suporta e recomenda ao Conselho de Administração da Companhia para que as atividades nas quais se assumem riscos financeiros sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

É prática da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos, sendo atribuição do Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerado, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou de forma de realização.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. A Companhia está exposta apenas ao risco de taxa de juros, o risco cambial foi mitigado com a contratação de um *swap* cambial conforme demonstrado na tabela de sensibilidade a variação cambial.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e debêntures.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários da Companhia, sujeitas a taxas de juros variáveis.

Sensibilidade a taxas de juros

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes, mostrando o impacto no resultado e no Patrimônio Líquido da Companhia. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

A Companhia efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures e *leasing* a pagar. A dívida foi

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

segregada em 3 partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à TJLP e dívidas atreladas à IPCA, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

	F		Camba / (Danda)	0	Cenário I +	Cenário I +
Operação	Exposição (em milhares)	Risco	Ganho / (Perda) Potencial	Cenário Provável	deterioração de 25%	deterioração de 50%
Aplicações financeiras						
Posição em 31.12.2013	R\$ 732.108	CDI		10,6%	13,2%	15,9%
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Ganho	5.857	25.203	44.549
Dívida atrelada ao CDI						
Posição em 31.12.2013	R\$ 1.998.215	CDI		10,6%	13,2%	15,9%
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido		handradevanananananananananan	(Perda)	(15.986)	(68.789)	(121.591)
Dívida atrelada à TJLP						
Posição em 31.12.2013	R\$ 304.851	TJLP	,	5,0%	6,3%	7,5%
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(Perda)	-	(3.811)	(7.621)
Dívida atrelada à IPCA						
Posição em 31.12.2013	R\$ 104.271	IPCA	*	6,0%	7,5%	9,0%
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Ganho/(Perda)	63	(1.509)	(3.081)
Impacto Total				(10.066)	(48.906)	(87.745)

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN e BM&F

Esse estudo tem como cenário provável um aumento em 1,5% da taxa do CDI, com base na curva futura de juros desenhada na BM&F (a taxa média em 31 de dezembro de 2013 era de 9,77%), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Companhia. Sobre o IPCA, o cenário considerado provável é um aumento de 0,25% (a taxa média em 31 de dezembro de 2013 era de 6,03%). Sobre a TJLP, o cenário considerado provável pela companhia é de manutenção da taxa de 31 de dezembro de 2013.

O cenário II considera um aumento de 25% nas taxas de CDI, TJLP e IPCA, quando comparado ao cenário provável. O cenário III considera uma um aumento de 50% nas taxas de CDI, TJLP e IPCA, também levando em consideração o cenário provável.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de investimento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado mensalmente pela Companhia, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela diretoria e Administração. A necessidade de uma provisão para estimativa de perda para crédito de devedores duvidosos é analisada mensalmente em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional. A Companhia trabalha no prazo médio de endividamento de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

Derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos unicamente com o propósito de se proteger de riscos de mercado. De acordo com a política da Companhia, serão objeto de hedge as operações que possam afetar adversamente o resultado ou o fluxo de caixa da Companhia em virtude dos riscos envolvidos. Quando a Companhia realizar transações que contenham exposições indesejadas, a alta direção avaliará a necessidade de contratar instrumentos financeiros com o objetivo de proteção e de mitigar os riscos aos quais está se expondo.

Atualmente a Companhia se expõe a risco de mercado decorrente de:

- Variação cambial trazido pela operação de empréstimos feita com o Banco de Tokio, descrita na Nota Explicativa 15, pois o financiamento é denominado em dólar americano com juros prefixados nessa moeda. Portanto a Companhia conhece o montante em dólar a ser desembolsado em decorrência da operação.
- Variação do IPCA em virtude da operação de debêntures efetuada em 15 de julho de 2013 referente a 3ª série da 6º emissão da Companhia, descrita na Nota Explicativa 16, pois o financiamento é denominado em IPCA com juros prefixados nessa moeda. A Companhia julgou prudente mitigar o risco em relação a variação do IPCA por não ser uma taxa corrente nos números da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como forma de se proteger das variações cambiais advindas da dívida com o Banco de Tokyo, a Companhia contratou uma operação de *hedge* por meio de um derivativo financeiro (*Swap*) para mitigar a exposição à variação cambial. O contrato de *Swap* foi celebrado na mesma data da contratação da dívida e com as mesmas condições, conforme descrito na tabela abaixo:

	Instrumento Financeiro	Objeto de Proteção (dívida)
Descrição	SWAP	Dívida contratada em dólar
Valor do Nocional Posição Ativa do SWAP	USD 30.000	USD 30.000
Vencimento	Acompanha o fluxo da dívida - Trimestral a partir do 12º mês - Último vencimento 13/06/2016	Trimestral a partir do 12º mês – Último vencimento 13/06/2016
Taxa Efetiva	Acompanha as taxas da dívida: i) 11/06/13 a 11/06/14: 100%USD+1,7143% e ii) 11/06/14 a 13/06/16: 100%USD+1,8286%	i) 11/06/13 a 11/06/14:100%USD+1,7143% e ii) 11/06/14a13/06/16: 100%USD+1,8286%
Riscos envolvidos	Variação do dólar (posição ativa) e variação do CDI (posição passiva)	Variação do dólar

A Companhia buscou no *Swap* a mitigação do risco de moeda, trocando seus fluxos futuros em dólar por fluxos definidos pela variação do CDI + 1%, devido a moeda funcional da Companhia ser o Real e, portanto, suas receitas e recebimentos não se alteram materialmente em função de variações cambiais.

Como forma de se proteger das variações do IPCA, a Companhia efetuou uma operação de *hedge* por meio de um derivativo financeiro (*Swap*) para mitigar a exposição à esta variação. O contrato de *Swap* foi celebrado em 17/10/2013 para proteção de 54% do total das debêntures lançadas na 3ª série conforme descrito na tabela abaixo:

	Instrumento Financeiro	Objeto de Proteção (dívida)
Descrição	SWAP	Debêntures indexadas ao IPCA
Valor do Nocional Posição Ativa do SWAP	R\$ 100.000	R\$ 185.099
Vencimento	Pagamento de Juros anualmente amortização nos dois últimos anos (2019 e 2020) último vencimento 15/07/2020	Pagamento de Juros anualmente amortização nos dois últimos anos (2019 e 2020) último vencimento 15/07/2020
Taxa Efetiva	Acompanha as taxas da dívida: i) Posição ativa: IPCA + 7,5% ii) Posição passiva: CDI + 2,8%	i) IPCA + 7,5%
Riscos envolvidos	Variação do IPCA (posição ativa) e variação do CDI (posição passiva)	Variação do IPCA

Os derivativos designados como *hedge* financeiro são reconhecidos pelo seu valor líquido, como ativo ou passivo no balanço patrimonial apresentados na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos", do grupo circulante e não circulante e são mensurados pelo valor justo.

Para o cálculo do valor justo de mercado de seus derivativos, a Companhia utiliza a taxa de desconto da curva de juros Brasil (fonte BMF) e a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTax800). O valor de mercado calculado também incorpora o risco de crédito intrínseco à operação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No *Swap* para proteção da exposição cambial a Companhia utilizou na posição passiva do *Swap*, o *spread* negociado entre o Banco de Tókio e a Companhia na celebração do contrato da dívida anteriormente mencionado como um indicador adequado para o risco de crédito da Companhia. Na posição ativa do instrumento foi utilizado o CDS global do Banco de Tokio, contraparte da operação, como indicador do risco de crédito. Esses indicadores de risco de crédito são monitorados pela Companhia e eventuais alterações serão consideradas nas reavaliações do valor justo da dívida e do instrumento financeiro.

No Swap para proteção da exposição ao IPCA, a Companhia utilizou na posição passiva o spread informado pelo Banco Itaú BBA em 30 de dezembro de 2013, como um indicador adequado para o risco de crédito da Companhia. Na posição ativa foi utilizada uma estimativa com base no CDS Brasil, como não existe divulgação do CDS do Banco Itaú BBA e as agências mostram semelhanças entre os riscos, a Companhia utilizou uma taxa média de 1,4% de risco de crédito.

A Companhia calcula o valor justo dos derivativos com base em metodologias amplamente aceitas pelo mercado para a precificação dos *swaps*.

A Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), mas optou pela avaliação do conjunto (dívida + *swap*) pelo valor justo, de forma que espera-se que suas variações líquidas no resultado sejam devidas apenas às variações do CDI, que é o risco final aceito no conjunto das operações. As mudanças no valor justo do *Swap* foram registradas no resultado financeiro descritos na Nota Explicativa 33.

Adicionalmente, é importante ressaltar que, conforme determinação do Artigo 21 do Estatuto da Companhia, item XXIX, "todas as operações que envolvam qualquer tipo de instrumento derivativo deverão ser avaliadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia". Ademais, seguindo orientação estatutária, a Companhia não contrata instrumentos derivativos com fins especulativos.

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou duas simulações com aumentos nas taxas de câmbio (R\$/US\$), considerando uma deterioração de 25% e 50% em relação ao cenário provável. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio na data do balanço. É importante ressaltar que este risco é mitigado pela exposição inversa que a Companhia tem em relação à Dívida contratada conforme demonstrado na tabela abaixo:

JSL S.A. Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	Exposição (em milhares)	Risco	Ganho / (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário I + deterioração de 50%
Dívida						
Posição Passiva - Moeda Estrangeira USD	USD 30.000	USD		68.855	86.069	103.283
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Perda		(17.214)	(34.428)
SWAP						
Posição Ativa - Moeda Estrangeira USD	USD 30.000	USD		69.371	86.714	104.057
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI				(64.378)	(64.378)	(64.378)
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Ganho	4.993	22.336	39.679

A Companhia realizou duas simulações com aumento do IPCA de 25% e 50%, o cenário provável considera projeções da Companhia para a taxa do IPCA na data do balanço. É importante ressaltar que este risco é mitigado pela exposição inversa que a Companhia tem em relação às debentures.

Operação	Exposição (em milhares)	Risco	Ganho / (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário I + deterioração de 50%
Dívida		1656				
		Aumento		***************************************		
Posição Passiva - Em IPCA	R\$ 100.000	do IPCA		100.000	125.000	150.000
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Perda	-	(25.000)	(50.000)
SWAP						
		Aumento		***************************************		
Posição Ativa - Em IPCA	R\$ 100.000	do IPCA		102.060	127.575	153.090
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI				(105.292)	(105.292)	(105.292)
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Ganho / (Perda)	(3.232)	22.283	47.798

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito adequada a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Administração pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA-A. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de títulos e valores mobiliários, caixa e equivalentes de caixa. O EBITDA-A é composto pelo lucro líquido do exercício, adicionado dos impostos sobre o lucro, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, além de incluir a imparidade de ativos e o custo da venda de ativos usados na prestação de serviços.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Receita líquida

					Informações				olementares
	Controladora		Consolidado		Logística		Concessionárias		Locadora
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Receita de vendas e de prestação de serviços Receita de venda de ativos utilizados na	2.895.676	2.433.167	4.817.404	4.229.923	3.659.843	3.075.459	1.218.719	1.154.464	5.198
prestação de serviços	362.564	255.723	425.403	248.580	411.575	274.189	11.953	8.560	1.875
(-) Deduções da receita									
Impostos sob vendas	(285.344)	(254.077)	(404.814)	(362.724)	(358.553)	(320.773)	(46.022)	(41.951)	(239)
ICMS	(132.155)	(123.387)	(161.915)	(147.226)	(132.368)	(123.496)	(29.547)	(23.730)	-
Cofins	(99.319)	(87.365)	(150.860)	(137.679)	(140.403)	(125.190)	(10.265)	(12.489)	(192)
PIS	(21.560)	(18.963)	(32.968)	(29.633)	(30.478)	(26.780)	(2.448)	(2.853)	(42)
ISS	(32.310)	(24.362)	(59.071)	(48. 186)	(55.304)	(45.307)	(3.762)	(2.879)	(5)
Devoluções	(29.761)	(26.048)	(71.179)	(68.302)	(30.979)	(28.652)	(40.200)	(39.650)	-
Descontos concedidos	(18.613)	(24.542)	(20.294)	(25.881)	(19.245)	(24.685)	(1.049)	(1.196)	-
Receita líquida total	2.924.522	2.384.223	4.746.520	4.021.596	3.662.641	2.975.538	1.143.401	1.080.227	6.834

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS (alíquota de 7% a 19%), impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%), contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 0,65% ou 1,65%) e Cofins (alíquota de 3% ou 7,6%).

30 Custo de prestação de serviços

				Informações suplement				lememares
С	ontroladora		Consolidado		Logística	Cond	essionárias	Locadora
31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
(706.024)	(567.588)	(958.332)	(796.155)	(957.123)	(796.155)	-	-	(1.209)
(566.094)	(411.504)	(571.300)	(415.238)	(571.284)	(415.238)	-	-	(16)
(137.362)	(130.918)	(231.076)	(210.102)	(230.925)	(210.102)	-	-	(151)
(143.754)	(107.201)	(237.560)	(195.804)	(237.330)	(195.804)	-	-	(230)
(259.062)	(241.407)	(337.694)	(281.593)	(336.732)	(281.593)	-	-	(962)
=	-	(10.574)	(14.870)	-	-	(10.574)	(14.870)	-
=	=	(92.550)	(74.008)	-	-	(92.550)	(74.008)	=
-	-	(643.399)	(661.798)	-	-	(643.399)	(661.798)	-
=	=	(124.045)	(117.978)	-	-	(190.401)	(152.147)	=
(342.594)	(224.357)	(363.815)	(269.668)	(362.848)	(269.657)	110	(11)	(1.077)
(2.154.890)	(1.682.975)	(3.570.345)	(3.037.214)	(2.696.242)	(2.168.549)	(936.814)	(902.834)	(3.645)
	31/12/2013 (706.024) (566.094) (137.362) (143.754) (259.062) - - - (342.594)	(706.024) (567.588) (566.094) (411.504) (137.362) (130.918) (143.754) (107.201) (259.062) (241.407) (342.594) (224.357)	31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 (706.024) (567.588) (958.332) (566.094) (411.504) (571.300) (137.362) (130.918) (231.076) (143.754) (107.201) (237.560) (259.062) (241.407) (337.694) - - (10.574) - - (643.399) - - (124.045) (342.594) (224.357) (363.815)	31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2012 (706.024) (567.588) (958.332) (796.155) (566.094) (411.504) (571.300) (415.238) (137.362) (130.918) (231.076) (210.102) (143.754) (107.201) (237.560) (195.804) (259.062) (241.407) (337.694) (281.593) - - (10.574) (14.870) - - (92.550) (74.008) - - (643.399) (661.798) - - (124.045) (117.978) (342.594) (224.357) (363.815) (269.668)	31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 (706.024) (567.588) (958.332) (796.155) (957.123) (566.094) (411.504) (571.300) (415.238) (571.284) (137.362) (130.918) (231.076) (210.102) (230.925) (143.754) (107.201) (237.560) (195.804) (237.330) (259.062) (241.407) (337.694) (281.593) (336.732) - - (10.574) (14.870) - - - (92.550) (74.008) - - - (643.399) (661.798) - - - (124.045) (117.978) - (342.594) (224.357) (363.815) (269.668) (362.848)	31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2	31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2	31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2012 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 31/12/2

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Despesas administrativas e comerciais

					Informações suplementares				
	C	ontroladora	c	consolidado	Logística		Concessionárias		Locadora
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Salários e encargos sociais	(80.052)	(82.824)	(196.113)	(180.959)	(106.197)	(104.620)	(89.626)	(76.338)	(290)
Prestação de serviços	(32.293)	(25.439)	(53.120)	(44.964)	(40.182)	(32.005)	(12.833)	(12.959)	(105)
Telefones	(9.572)	(9.468)	(10.893)	(11.303)	(9.754)	(9.695)	(1.085)	(1.608)	(54)
Aluguéis de imóveis de terceiros	(4.761)	(3.803)	(28.666)	(23.703)	(9.803)	(8.286)	(18.235)	(15.417)	(628)
Propaganda e publicidade	(5.195)	(5.102)	(14.339)	(14.549)	(6.269)	(6.706)	(8.058)	(7.843)	(12)
Estorno / (Despesa) com provisão com crédito de									
liq. duvidosa	(5.103)	(5.569)	(5.986)	(2.589)	(5.910)	(2.898)	(76)	309	-
Perdas efetivas do contas a receber	(2.475)	(3.810)	(2.597)	(5.270)	(2.597)	(5.270)	-	-	-
Comunicação	(75)	(2.586)	(755)	(3.176)	(570)	(3.108)	(176)	(68)	(9)
Manutenção e conservação predial	(6.638)	(5.932)	(11.498)	(10.445)	(7.321)	(6.490)	(4.177)	(3.956)	-
Viagens, refeições e estadias	(1.926)	(1.948)	(4.812)	(4.112)	(2.105)	(2.102)	(2.612)	(2.010)	(95)
Depreciação	(4.438)	(3.195)	(12.480)	(8.868)	(5.129)	(3.532)	(7.332)	(5.336)	(19)
Impostos, manutenção e conservação de	, ,	, ,	, ,	, ,	, ,	, ,	, ,	, ,	, ,
automóveis	(2.509)	(733)	(18.431)	(15.925)	(3.688)	(1.871)	(14.743)	(14.055)	-
Outras despesas administrativas e comerciais	(4.271)	(10.315)	(30.322)	(33.189)	(15.255)	(17.333)	(14.679)	(15.856)	(388)
Total despesas administrativas e comerciais	(159.308)	(160.724)	(390.012)	(359.052)	(214.780)	(203.916)	(173.632)	(155.137)	(1.600)

32 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

							Info	Informações suplementares		
	C	ontroladora	Consolidado		Logística		Cond	Locadora		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	
Provisão para demandas judiciais										
e administrativas	(1.597)	(6.845)	(4.968)	(7.833)	(5.008)	(7.804)	40	(29)	-	
Indenizações judiciais	(8.941)	(21.163)	(19.194)	(28.949)	(19.194)	(28.949)	-	-	-	
Outras receitas/(despesas)										
operacionais	6.334	(2.384)	3.358	(4.613)	3.085	(1.954)	(8)	-	281	
Receita de aluguéis	2.404	5.519	4	3.519	4	3.519	-	(2.659)	-	
Reversão de despesas	11.094	601	12.421	638	12.421	637	-	_	_	
Total outras receitas (despesas)										
operacionais	9.294	(24.272)	(8.379)	(37.238)	(8.692)	(34.551)	32	(2.687)	281	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33 Resultado financeiro

					Informações suplementa				lementares
	C	ontroladora	C	onsolidado		Logística	Conc	essionárias	Locadora
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Receitas Financeiras									
Rendimentos s/ Aplicação	38.617	15.435	55.575	34.371	54.800	33.647	745	724	30
Variação Monetária	(4)	-	(4)	-	(4)	-	-	-	-
AVP`s	22.613	15.813	28.143	30.190	28.143	30.190	-	-	-
Juros	2.138	13.640	1.313	14.664	2.136	13.634	1.419	1.116	19
Descontos	874	2.410	2.242	3.398	1.985	3.035	256	363	1
Outras Receitas Financeiras		605	1.704	1.217	999	605	705	612	
	64.238	47.903	88.973	83.840	88.059	81.111	3.125	2.815	50
Despesas Financeiras									
Juros	(2.011)	(1.610)	(14.475)	(7.271)	(8.890)	(2.671)	(5.584)	(4.686)	(1)
Variação Monetária	(8.176)	(8.011)	(10.379)	(10.670)	(8.256)	(8.873)	(2.120)	(1.796)	(3)
Outras Despesas Financeiras	(2.763)	(5.428)	(3.388)	(6.498)	(3.190)	(5.616)	(2.441)	(882)	(18)
Despesas Bancárias	(1.361)	(1.598)	(2.258)	(2.278)	(1.642)	(1.919)	(569)	(359)	(47)
IOF	(33)	(112)	(2.084)	(2.386)	(118)	(684)	(1.965)	(1.702)	(1)
Descontos	(185)	(410)	(358)	(474)	(204)	(474)	-	-	(154)
Variação Cambial	(4.461)	(243)	(4.461)	(234)	(4.461)	(243)	-	9	-
Juros sobre empréstimos e									
financiamentos	(249.802)	(216.223)	(271.360)	(240.717)	(267.786)	(234.721)	(3.501)	(5.997)	(73)
	(268.792)	(233.635)	(308.763)	(270.528)	(294.547)	(255.201)	(16.180)	(15.413)	(297)
Resultado dos instrumentos									
financeiros derivativos									
Receita	7.051	-	7.051	-	7.051	-	-	-	-
Despesas	(5.290)		(5.290)	-	(5.290)		-		
	1.761	<u> </u>	1.761		1.761				
Resultado Financeiro	(202.793)	(185.732)	(218.029)	(186.688)	(204.727)	(174.090)	(13.055)	(12.598)	(247)

34 Gastos por natureza

As demonstrações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

					Informações suplementares				
_	С	ontroladora	(Consolidado		Logística	Concessionárias		Locadora
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Custos de vendas de ativos, veículos,									
peças e da prestação de serviços	(1.232.853)	(927.860)	(2.511.775)	(2.013.146)	(1.484.419)	(1.125.596)	(958.855)	(921.719)	(2.145)
Despesas com pessoal	(786.076)	(650.412)	(1.154.445)	(977.114)	(1.063.320)	(900.776)	(89.626)	(76.338)	(1.499)
Outros custos	(364.122)	(247.263)	(423.279)	(326.512)	(391.348)	(299.554)	(30.056)	(26.958)	(1.875)
Depreciação e amortização	(263.500)	(244.601)	(350.174)	(290.461)	(341.862)	(285.125)	(7.331)	(5.336)	(981)
Outras (depesas) e receitas	(11.702)	(50.633)	(77.213)	(104.657)	(43.463)	(68.414)	(33.643)	(36.243)	(107)
_	(2.658.253)	(2.120.769)	(4.516.886)	(3.711.890)	(3.324.412)	(2.679.465)	(1.119.511)	(1.066.594)	(6.607)
Custo da prestação de serviços	(2.154.890)	(1.682.975)	(2.699.888)	(2.168.549)	(2.696.243)	(2.168.549)	_	_	(3.645)
Custo de venda de ativos, veículos e pecas	(353.350)	(252.798)	(1.418.608)	(1.147.050)	(404.697)	(272.448)	(945.911)	(908.771)	(1.644)
Despesas administrativas e comerciais Outras receitas (despesas)	(159.308)	(160.724)	(390.012)	(359.052)	(214.779)	(203.915)	(173.632)	(155.137)	(1.601)
operacionais,líquidas	9.295	(24.272)	(8.378)	(37.239)	(8.693)	(34.553)	32	(2.686)	283
- -	(2.658.253)	(2.120.769)	(4.516.886)	(3.711.890)	(3.324.412)	(2.679.465)	(1.119.511)	(1.066.594)	(6.607)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35 Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas que foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa 2.1, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em quatro segmentos operacionais, sendo eles o de operações logísitica, concessionárias, locadora ("*Rent a car*") e financeiro (Este aguardando aprovação do BACEN).

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Operações Logística: As controladas JP Tecnolimp S/A, Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda., Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda., Riograndense e Navegação Ltda., JSL Locações Ltda..
- Operações Concessionárias: JSL Concessionárias.
- Operações Locadora ("Rent a Car"): Movida e Apta.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

					31/12/2013
	Logística	Concessionárias	Locadora	Eliminações (i)	Consolidado
Receita líquida	3.662.641	1.143.400	6.835	(66.356)	4.746.520
Custos das vendas e de prestação de serviços	(2.696.243)	(936.813)	(3.645)	66.356	(3.570.345)
Custos das vendas ativos utilizados na prest. serviços	(404.697)	(9.097)	(1.644)	-	(415.438)
Resultado bruto	561.701	197.490	1.546	-	760.737
Despesas administrativas e comerciais	(214.779)	(173.632)	(1.601)	-	(390.012)
Despesas tributárias	(4.376)	(3.154)	3	-	(7.527)
Outras receitas (despesas) operacionais	(8.692)	32	281	-	(8.379)
Equivalência patrimonial	38		-		38
Lucro antes das (despesas) e receitas financeiras	333.892	20.736	229	-	354.857
Resultado financeiro líquido	(204.728)	(13.055)	(246)	-	(218.029)
Lucro antes das provisões tributárias	129.164	7.681	(17)	-	136.828
Impostos e contribuições sobre o lucro	(39.992)	(3.266)	-		(43.258)
Lucro líquido antes da participação de não controladores	89.172	4.415	(17)	-	93.570
Participação de não controladores	15		-		15
Lucro líquido do exercício	89.187	4.415	(17)		93.585
Ativos totais por segmento	5.560.120	514.029	93.815	(337.866)	5.830.098
Passivos totais por segmento	4.545.320	313.343	19.113	(62.337)	4.815.439

i) Eliminações de consolidação entre os segmentos de logística e de concessionárias.

36 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído está demonstrado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	93.585	77.713
Denominador:		
Média ponderada de ações em circulação	214.725.041	213.091.064
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	0,43584	0,36469

A Companhia não apresentou transações ou contratos envolvendo ações ordinárias ou ações potenciais com impacto no lucro por ação diluído.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

37 Compromissos

São apresentados a seguir os compromissos da Companhia com garantias de obrigações públicas junto a seguradoras em 31 de dezembro de 2013:

Beneficiária – Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Natureza – garantir exclusivamente a execução dos serviços de Gestão Terceirizada, com manutenção, incluindo o fornecimento de 1.000 unidades de Viaturas Policiais nas condições exigidas pelo Estado de Minas Gerais.

Importância segurada - R\$ 3.908

Vigência - 05/01/2011 à 13/01/2013

• Beneficiária – CEMIG Geração e Transmissão S.A.

Natureza – garantir a execução dos serviços de locação e gestão de 673 caminhonetes, sem motoristas, para atendimento às necessidades de transporte da CEMIG em todo Estado de Minas Gerais e Municípios de outros Estados em casos excepcionais e em viagens.

Importância segurada - R\$ 5.867

Vigência - 26/07/2010 à 27/10/2015

Beneficiária – Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB

Natureza – garantir indenização, até o valor fixado na apólice, dos prejuízos diretos causados pelo Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento na prestação de serviços.

Importâncias seguradas e vigências:

R\$ 3.796 - 15/12/2010 à 25/04/2013

R\$ 2.997 - 03/12/2010 à 25/04/2013

R\$ 1.459 - 03/12/2010 à 09/03/2012

R\$ 2.784 - 03/12/2010 à 28/02/2012

R\$ 2.591 - 03/12/2010 à 28/02/2012

R\$ 3.272 - 03/12/2010 à 18/11/2013

R\$ 2.380 - 03/12/2010 à 18/11/2013

Beneficiária – Secretaria de Estado da Casa Civil

Em 27 de maio de 2011, o Governo do Estado do Rio de Janeiro através da Secretaria de Estado da Casa Civil, emitiu edital de licitação do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para a aquisição de frota de veículos (1.187 veículos tipo Sedan e 321 Utilitários), incluindo Gestão com Manutenção para a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ainda, de acordo com o referido edital, o fornecimento dos veículos e serviços deverá considerar os custos com a substituição de toda a frota após o 30º mês de entrega das viaturas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CS Brasil, controlada da JSL S.A., foi a vencedora da licitação, e em 18 de julho de 2011 foi firmado Termo de Contrato para Aquisição de viaturas incluindo Gestão com Manutenção de Frota para a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, entre o Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado da Casa Civil, e a CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

O valor total do contrato é de R\$ 490.710, sendo R\$ 232.960 relativo a aquisição dos veículos e R\$ 257.750 relativos a prestação dos serviços de gestão e manutenção dos veículos, sendo que este último deve ser atualizado pelo IGP-M após o prazo de 12 meses. A prestação do serviço inclui todas e quaisquer despesas como tributos, fretes, seguro, descarregamento das mercadorias, montagem e instalação.

O pagamento do valor total do contrato deverá ocorrer em 60 parcelas, sendo efetuados de forma mensal e sucessiva através de conta de titularidade da CS Brasil.